

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Suzana Lissa Rosa Silva

**ENTRE O INGRESSO E O DIPLOMA:
desafios e desigualdades dos alunos ProUnistas no ensino superior privado**

Belo Horizonte
2025

Suzana Lissa Rosa Silva

**ENTRE O INGRESSO E O DIPLOMA:
desafios e desigualdades dos alunos ProUnistas no ensino superior privado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina Tomás

Área de concentração: Cidades, Cultura, Trabalho e Políticas Públicas

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586e	<p>Silva, Suzana Lissa Rosa</p> <p>Entre o ingresso e o diploma: desafios e desigualdades dos alunos prounistas no ensino superior privado / Suzana Lissa Rosa Silva. Belo Horizonte, 2025.</p> <p>83 f. : il.</p>
	<p>Orientadora: Maria Carolina Tomás</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p>
	<p>1. ProUni (Programa). 2. Instituições de Ensino Superior - Brasil. 3. Universidades e faculdades particulares. 4. Bolsas de estudo. 5. Estudantes universitários - Entrevistas. 6. Desigualdade social. 7. Ensino superior. I. Tomás, Maria Carolina. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p>
	<p>SIB PUC MINAS</p>
	<p>CDU: 37.014</p>

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Suzana Lissa Rosa Silva

**ENTRE O INGRESSO E O DIPLOMA:
desafios e desigualdades dos alunos ProUnistas no ensino superior privado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Área de concentração: Cidades, Cultura, Trabalho e Políticas Públicas

Profa. Dra. Maria Carolina Tomás – PUC Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Leonardo Souza Silveira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 14 de março de 2025

Suzana Lissa Rosa Silva

**ENTRE O INGRESSO E O DIPLOMA:
desafios e desigualdades dos alunos ProUnistas no ensino superior privado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Área de concentração: Cidades, Cultura, Trabalho e Políticas Públicas

Profa. Dra. Maria Carolina Tomás – PUC Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Leonardo Souza Silveira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 14 de março de 2025

AGRADECIMENTO

Quero expressar minha mais profunda gratidão a cada um que esteve ao meu lado durante esta jornada do mestrado, contribuindo de maneira significativa para a realização desta dissertação.

Quando penso em toda essa trajetória, é impossível não me emocionar ao relembrar os desafios e obstáculos que enfrentei. Desde o primeiro dia de aula de Teoria Política com a Prof^a Dra. Lea Guimarães, me vi tomada por um misto de emoções, questionando minha própria capacidade e me perguntando se realmente pertencia àquele ambiente acadêmico. O medo do desconhecido foi uma constante, mas encontrei conforto nas conversas tranquilizadoras na varanda do Programa com o Prof. Dr. Luís Flávio Saporì.

Minha trajetória no mestrado foi marcada por reviravoltas e incertezas, e lembro vividamente do momento em que decidi mudar completamente a minha pesquisa para abordar o ingresso e a permanência dos ProUnistas. Essa decisão não foi fácil. Montar um novo referencial teórico em tão pouco tempo e ter apenas seis meses para qualificar o projeto foram desafios imensos. No entanto, com o apoio inabalável dos meus amigos, Fabricio Portugal e Gustavo Santana, consegui superar cada obstáculo. Nosso grupo sempre foi unido, e mesmo nos momentos em que eu reconhecia meus erros, eles estavam lá para me encorajar e me ajudar a crescer. Durante a escrita, encontrei alento nas conversas e no apoio de amigos de fora do programa, como Fábio Leão, Bertha Moutinho, Herbert Costa e do meu primo Warley Cunha. Suas palavras e incentivos foram fundamentais para que eu concluísse essa jornada com sucesso.

À minha mãe, que sempre acreditou em mim e esteve ao meu lado em cada passo desta jornada, minha eterna gratidão. Sua força e apoio foram meu porto seguro nos momentos mais difíceis. Às minhas irmãs Sara, Samara, e à minha sobrinha Helena, que sempre me lembraram da importância de viver plenamente além dos estudos acadêmicos.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Maria Carolina Tomás, agradeço por sua confiança na minha pesquisa e por sua orientação atenciosa ao longo de todo o processo.

À banca avaliadora, Prof^a Dra. Alessandra Chacham e o Prof Dr. Leonardo Silveira, expressei meu sincero agradecimento por aceitar o convite e por suas contribuições valiosas.

Agradeço de todo coração a Deus por me guiar e por colocar pessoas tão incríveis em meu caminho, que deixaram marcas indeléveis em minha vida.

Por fim, aos meus professores da graduação, especialmente à Prof^a Dra. Julia Calvo, meu profundo agradecimento por seu incentivo e apoio, que foram fundamentais para minha jornada até aqui. A todos vocês, minha mais profunda gratidão.

Eu tenho um Sonho
Martin Luther King

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios do Programa Universidade para Todos (ProUni), com foco nas dificuldades enfrentadas pelos discentes beneficiados pelo programa em uma Instituição de Ensino Superior - IES, nos cursos das áreas de Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde. O estudo busca compreender os principais desafios e barreiras que impactam a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes contemplados, considerando as implicações dessas dificuldades para o acesso e a conclusão do ensino superior privado. Para tanto, o referencial teórico adotado é o de Pierre Bourdieu (1966), particularmente sua teoria sobre capital social e cultural, aplicada ao contexto educacional. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada com 27 participantes, sendo 25 bolsistas integrais (100%) e 2 bolsistas parciais (50%), selecionados com base nos seguintes critérios: ser beneficiário do ProUni e estar matriculado ou ter concluído o curso entre os anos de 2016 a 2024. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, cujos depoimentos foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977). A partir da análise dos dados, foi possível identificar três principais categorias: i) as dificuldades financeiras, que envolvem as limitações econômicas enfrentadas pelos estudantes, como os custos com materiais, transporte e alimentação, que dificultam a continuidade dos estudos, mesmo com o auxílio da bolsa; ii) o apoio institucional, que aborda as condições de suporte oferecidas pela universidade, como a assistência pedagógica e psicológica, e a percepção dos discentes sobre esses recursos na superação de suas dificuldades; e iii) os aspectos pessoais e sociais, que englobam questões como problemas familiares e a necessidade de conciliar trabalho e estudo, impactando diretamente a jornada acadêmica. Os resultados apontam que, apesar dos avanços proporcionados pelo ProUni no acesso ao ensino superior privado, as dificuldades financeiras e a falta de suporte institucional adequado ainda são barreiras significativas para a permanência e o sucesso acadêmico dos discentes. A pesquisa pode contribuir para a implementação de políticas de apoio mais efetivas e para a revisão das condições oferecidas para melhorar a experiência dos bolsistas e garantir sua permanência e conclusão.

Palavras-chave: ProUni; Desigualdade; Ensino Superior; Permanência Acadêmica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges of the University for All Program (ProUni), focusing on the difficulties faced by students benefiting from the program at a Higher Education Institution - HEI, in courses within the fields of Exact Sciences, Humanities, and Health Sciences. The research seeks to understand the main challenges and barriers that impact students' retention and completion of their courses, considering the implications of these difficulties for access to and completion of private higher education. For this purpose, the theoretical framework adopted is that of Pierre Bourdieu (1966), particularly his theory on social and cultural capital, applied to the educational context. The study, which employs a qualitative approach, was conducted with 27 participants—25 full scholarship recipients (100%) and 2 partial scholarship recipients (50%)—selected based on the following criteria: being a ProUni beneficiary and being enrolled in or having completed the course between 2016 and 2024. Data collection was carried out through individual semi-structured interviews, and the testimonies were analyzed using the Content Analysis technique, as proposed by Bardin (1977). Based on data analysis, three main categories were identified: i) Financial difficulties, which involve the economic constraints faced by students, such as the costs of materials, transportation, and food, which hinder the continuity of studies even with the scholarship assistance; ii) Institutional support, which addresses the support conditions offered by the university, such as pedagogical and psychological assistance, and students' perceptions of these resources in overcoming their difficulties; and iii) Personal and social aspects, which include issues such as family problems and the need to balance work and study, directly impacting the academic journey. The results indicate that, despite the progress made by ProUni in providing access to private higher education, financial difficulties and the lack of adequate institutional support remain significant barriers to students' retention and academic success. This research may contribute to the implementation of more effective support policies and to the review of the conditions offered to improve the experience of scholarship holders and ensure their permanence and completion.

Keywords: ProUni; Inequality; Higher Education; Academic Persistence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Perfil dos participantes	20
Quadro 02 - Categorias e temas	23
Quadro 03- Categorias de dificuldades dos bolsistas do ProUni	26

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD	Educação a Distância
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
FIES	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PBP	Programa Bolsa Permanência
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFABC	Universidade Federal do ABC
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	15
2.1. Desenho da Pesquisa	15
2.2. Contexto da Pesquisa e Participantes	17
2.3. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	21
2.4. Análise dos Dados	22
2.5. Aspectos Éticos	26
2.6. Validade e Confiabilidade	27
3 TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO, POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ESTRATIFICAÇÃO	29
3.1. Expansão do Ensino Superior no Brasil e ações governamentais de financiamento estudantil	29
3.2. Prestígio Social dos Cursos, Custo-Benefício e Probabilidade de Evasão	36
3.3. (I)mobilidades: deslocamento e permanência no ensino superior	44
4 DESIGUALDADE SOCIAL: O CONTEXTO EDUCACIONAL	51
4.1. Defasagem do Ensino Básico Público	54
4.2. Desigualdades de Acesso, Estágios e Perspectivas Profissionais: Um Olhar sobre a Estratificação Educacional	58
4.3. Além do acesso: A permanência como desafio no ensino superior brasileiro	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE A - Roteiro de Pesquisa.....	81

1 INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para todos – ProUni- está em vigência desde 2005, pela Lei nº 11.096/2005, como uma política pública do Governo Federal, visando a democratização e a inserção da população de baixa renda ao acesso às instituições de Ensino Superior Privadas, sendo efetivado com a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais aos estudantes. Em contrapartida, as instituições que aderem ao programa têm direito a receber isenção de alguns tributos como: Imposto de Renda, PIS, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (BRASIL, 2005). A instituição de ensino superior, além das isenções, recebe o valor da mensalidade em bolsas de estudo.

As instituições privadas sem fins lucrativos, devem aplicar, anualmente, pelo menos 20% da receita bruta em bolsas de estudo e assistência social de programas extracurriculares. O Prouni possui outra exigência que é a oferta de bolsas, levando em consideração a proporção de alunos pagantes. Por exemplo: a universidade ou faculdade, por ser uma instituição sem fins lucrativos, a proporção é de uma bolsa para cada nove alunos pagantes. Já em outras instituições privadas de ensino superior essa proporção é de uma bolsa para cada 11 alunos pagantes.

Apesar dos benefícios do ProUni em termos de acesso à educação, a efetividade do programa em assegurar a permanência dos beneficiários nos cursos de graduação tem sido questionada por diversos autores brasileiros como Carvalho (2006) que afirma que o ProUni é uma garantia de acesso ao ensino superior, mas também é uma ilusão de uma promessa não cumprida, pois o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma só para aqueles que conseguirem permanecer no sistema, sendo um problema que se perpetua desde sua criação até os dias atuais, sem ações governamentais que revertam essa situação de não garantia da permanência e do diploma de conclusão.

Renk e Bordini (2019) colocam que as políticas de acesso ao ensino superior não mudaram a estrutura social que as implementaram, persistindo ainda a necessidade de busca da justiça social e da redução das desigualdades sociais. Muitos alunos bolsistas enfrentam desafios financeiros, socioeconômicos e acadêmicos que dificultam sua trajetória de permanência na vida acadêmica. Além disso, cada curso possui particularidades que podem desafiar sua permanência, como as despesas de transporte, alimentação, moradia, materiais acadêmicos, carga horária, a complexidade curricular e as demandas práticas. Um exemplo emblemático dessa realidade, explorado em maior profundidade nos capítulos subsequentes, refere-se aos estudantes de um dos cursos da área da Saúde. A partir do terceiro período,

esses alunos enfrentam custos que giram em torno de três mil reais para a aquisição de materiais específicos da formação. Apesar de serem contemplados com bolsas integrais pelo ProUni, a ausência de auxílios complementares dificulta a obtenção dos recursos indispensáveis à prática acadêmica, levando-os a depender de suas redes de apoio, frequentemente compostas por familiares, para subsidiar essas despesas.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as dificuldades e desigualdades dos alunos ProUnistas de dois cursos da área de Ciências Exatas, dois da área de Ciências Humanas e dois da área de Ciências da Saúde em uma IES no período de 2016 a 2024. Para tanto, busca-se responder à seguinte questão central: Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes contemplados pelo ProUni para se manterem no ensino superior privado, e de que maneira essas barreiras impactam a permanência e a conclusão de seus cursos?

Para chegar à questão central, é necessário identificar os principais fatores que influenciam a permanência dos estudantes ProUnistas no ensino superior privado. Dessa forma, a pesquisa formula perguntas aos entrevistados para compreender: as oportunidades e desigualdades no acesso a estágios; as condições do mercado de trabalho e seu impacto na vida acadêmica; as estratégias adotadas para conciliar trabalho e estudos; o apoio institucional oferecido pela universidade; as diferenças nas trajetórias escolares antes da graduação; e os desafios enfrentados para concluir a formação.

Essa investigação busca não apenas identificar as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas do ProUni, mas também fornece uma compreensão aprofundada das dinâmicas que perpetuam desigualdades no ensino superior privado. Ao mapear os principais obstáculos, a pesquisa almeja contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e institucionais mais eficazes, voltadas à promoção da equidade e à garantia da permanência e do sucesso acadêmico desses estudantes.

Nesse contexto, a discussão é fundamentada por uma vasta produção acadêmica que destaca o papel das estruturas sociais na perpetuação das desigualdades educacionais. Dentre os diversos estudos sobre o tema, esta pesquisa toma como referência a análise de Carvalhaes e Ribeiro (2019), que argumentam que a obtenção de um diploma universitário amplia significativamente as oportunidades de inserção em empregos mais bem remunerados e com melhores condições de trabalho, quando comparados àqueles que não alcançaram esse nível de escolaridade. Tal perspectiva reforça o papel central da estratificação educacional na determinação das oportunidades profissionais e dos níveis de remuneração, destacando a relevância do acesso equitativo aos diferentes níveis e tipos de formação. Além disso, os

autores enfatizam que a educação superior não deve apenas assegurar o acesso, mas também promover a igualdade de oportunidades, pois as disparidades nos índices de permanência e conclusão frequentemente intensificam as desigualdades sociais, limitando a mobilidade social e as perspectivas de vida dos indivíduos.

Dando continuidade à discussão sobre as desigualdades no ensino superior, é essencial considerar as contribuições de Pierre Bourdieu, especialmente suas teorias sobre Capital Social e Capital Cultural. A teoria do Capital Social analisa como as redes de relacionamento e os investimentos em educação influenciam o retorno econômico dos indivíduos. Já a teoria do Capital Cultural examina os fatores individuais e institucionais que impactam a permanência dos alunos no ensino superior, ressaltando como a escolarização está inserida em uma sociedade estratificada. Essas teorias estão interligadas e desempenham um papel central na reprodução das desigualdades sociais, pois aqueles que possuem maior capital cultural e social tendem a ter mais oportunidades de sucesso e mobilidade social, enquanto aqueles com menor capital enfrentam maiores barreiras na disputa por recursos e status.

No aspecto das (i)mobilidades, foram utilizados o Dossiê dos autores Bianca Freire-Medeiros, Vera da Silva Telles e Thiago Allis (2018). Além das teorias e pesquisas sociológicas, a pesquisa caminha no caso brasileiro para explicar os dois momentos de expansão do Ensino Superior no Brasil, destacando o ensino privado e ações afirmativas do governo para aumentar a diversidade socioeconômica e reduzir as diferenças de classe e raça e a compreensão de estudos sobre o ProUni e a não garantia de permanência dos bolsistas no Ensino Superior.

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, centrada na exploração das experiências e vivências dos estudantes bolsistas do ProUni. Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa permite acessar o universo dos significados das ações e relações humanas, aspectos que transcendem os dados numéricos e estatísticos. O trabalho de campo qualitativo, conforme Cruz Neto (2001), favorece um diálogo mais profundo com a realidade, possibilitando ao pesquisador interpretar as vivências a partir das experiências concretas dos bolsistas. As entrevistas semiestruturadas mostraram-se especialmente relevantes para captar as trajetórias e os desafios enfrentados pelos estudantes, permitindo uma análise crítica e coletiva das dificuldades e oportunidades que influenciam sua permanência no ensino superior.

A pesquisa visa analisar as lacunas do Programa Universidade para Todos no que diz respeito à permanência dos alunos no ensino superior privado. Ao investigar as dificuldades

enfrentadas pelos estudantes de baixa renda, a pesquisa se insere no campo das Ciências Sociais, com ênfase na área de Políticas Públicas, e busca compreender as implicações sociais, culturais e econômicas do acesso e da permanência no ensino superior. Embora o ProUni tenha sido um importante avanço na democratização do acesso ao ensino superior, proporcionando oportunidades antes inacessíveis para muitos estudantes, ele não tem se mostrado eficaz em garantir a permanência e o sucesso acadêmico de todos os seus beneficiários. As dificuldades financeiras e a ausência de políticas de apoio contínuo são apenas algumas das questões que comprometem o desempenho acadêmico e a conclusão do curso de muitos prounistas. Assim, a pesquisa pretende contribuir com a compreensão dessas desigualdades, ampliando o debate sobre as políticas públicas educacionais e propondo a necessidade de medidas complementares que garantam a permanência dos estudantes no ensino superior, como auxílios financeiros para materiais, transporte e alimentação. O objetivo é destacar como as condições socioeconômicas e as limitações institucionais afetam diretamente a trajetória acadêmica desses alunos e como isso impacta suas perspectivas de mobilidade social. A partir dessa análise, busca-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes, que não apenas garantam o acesso ao ensino superior, mas também criem condições para que os estudantes possam concluir seus cursos com êxito, alcançando, assim, o tão almejado diploma, que representa uma importante chave para o ingresso no mercado de trabalho e a ascensão social. A pesquisa, portanto, visa não apenas contribuir para o campo acadêmico das Ciências Sociais, mas também impactar positivamente a efetividade do ProUni e a promoção de uma inclusão educacional mais justa e eficaz no Brasil.

Nesse sentido, Porto e Régner (2003) ressaltam que o acesso à educação, em todos os níveis, é tanto um imperativo econômico quanto um referencial político que reflete os índices de democracia e justiça social de uma nação. No caso do ensino superior, a formação de profissionais capacitados não apenas responde às demandas do mercado, mas também fortalece a cidadania e a inclusão social. A educação superior, segundo os autores, desempenha um papel estratégico ao construir identidades e promover o desenvolvimento econômico e social, destacando-se como um indicador de mobilidade social e inovação.

Além disso, Porto e Régner (2003) enfatizam que, na sociedade do conhecimento, o ensino superior está no centro das políticas públicas, sendo essencial para a produção e disseminação do conhecimento, capacitação de cidadãos e suporte ao progresso tecnológico. Essa centralidade reflete tanto a necessidade de atender às demandas do mercado quanto a de construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A pesquisa propõe, portanto, investigar as dinâmicas que envolvem a permanência e o sucesso acadêmico dos bolsistas do ProUni, focando nas trajetórias individuais desses estudantes a partir de relatos orais. Ao examinar as experiências de vida e os desafios enfrentados no ensino superior privado, a pesquisa destaca as condições econômicas, sociais e institucionais que impactam sua jornada acadêmica. Dessa forma, este estudo não apenas mapeia os obstáculos que dificultam a continuidade dos alunos no curso, mas também visa fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias institucionais capazes de tornar a educação superior mais inclusiva e capaz de gerar, de fato, transformação social.

2 METODOLOGIA

Este capítulo descreve as etapas essenciais para a condução da pesquisa, abrangendo desde a definição da amostra e seleção dos participantes até os instrumentos e o processo de coleta de dados. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que se mostra eficaz para analisar de forma aprofundada as dificuldades e desigualdades enfrentadas pelos bolsistas do ProUni, com foco na experiência. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que abordaram temas como as barreiras à permanência no ensino superior, o desafio do equilíbrio entre trabalho e estudo, o histórico escolar e familiar dos alunos, além do acesso a atividades extracurriculares. A metodologia de entrevistas semiestruturadas foi escolhida por permitir que os participantes compartilhassem suas experiências de forma mais livre e detalhada, possibilitando uma compreensão rica e abrangente dos desafios vividos por esses estudantes.

2.1. Desenho da Pesquisa

A adoção da abordagem qualitativa é fundamental para atingir o objetivo central do estudo: analisar os principais desafios enfrentados pelos estudantes beneficiados pelo ProUni em sua permanência no ensino superior privado, bem como os impactos dessas barreiras na conclusão do curso. Para isso, foram selecionados seis cursos de graduação para análise, abrangendo três grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

Por se tratar de um conteúdo sensível, que envolve dificuldades estruturais específicas dos cursos analisados e que podem expor tanto os estudantes quanto a instituição de ensino superior (IES) pesquisada, optou-se por utilizar categorias genéricas para identificar os cursos. Essa decisão visa garantir a privacidade dos participantes e da IES, além de possibilitar uma análise crítica sem comprometer diretamente indivíduos ou a instituição. Assim, ao longo deste trabalho, os cursos serão referidos da seguinte maneira: Ciências Exatas: Curso A e Curso B; Ciências Humanas: Curso C e Curso D; Ciências da Saúde: Curso E e Curso F

A escolha dessas categorias permite abordar as desigualdades e os desafios enfrentados pelos bolsistas do ProUni de maneira abrangente, sem que a pesquisa exponha diretamente as dificuldades de um curso específico dentro da instituição analisada. Essa precaução é essencial, uma vez que algumas das questões discutidas, como as barreiras financeiras para a permanência no ensino superior e a falta de suporte adequado, podem

evidenciar fragilidades institucionais e acadêmicas que não são exclusivas desta IES, mas que refletem um problema mais amplo no ensino superior privado brasileiro.

A seleção dessas áreas do conhecimento possibilita uma investigação comparativa abrangente das dificuldades vivenciadas pelos bolsistas, contemplando cursos das Ciências Humanas, das Ciências Exatas e das Ciências da Saúde. Esse recorte contribui para uma compreensão mais ampla das desigualdades na permanência no ensino superior privado, permitindo identificar especificidades e padrões comuns entre os diferentes campos do conhecimento.

Além disso, a seleção desses cursos considera não apenas as diferenças nas áreas de conhecimento, mas também as especificidades relacionadas à estrutura acadêmica e ao perfil dos estudantes em cada área. Por exemplo, o curso F se destaca pela necessidade de materiais especializados, que representam um custo adicional significativo para os alunos, um desafio que não é compartilhado de maneira tão intensa por cursos como o Curso E. Já os cursos A e B apresentam uma grade curricular rigorosa, com uma carga de disciplinas teóricas e práticas exigentes, o que demanda um alto nível de dedicação dos estudantes. Cursos como o Curso D, por exemplo, são oferecidos em todos os turnos (matutino, vespertino e noturno), permitindo uma maior flexibilidade para os alunos, enquanto o Curso C está disponível apenas no período vespertino, o que pode representar uma barreira para aqueles que precisam trabalhar ou têm outros compromissos durante esse horário. Essa diversidade na oferta de turnos pode gerar desigualdades na forma como os alunos se organizam para conciliar seus estudos com outras atividades, afetando diretamente sua experiência acadêmica e, conseqüentemente, sua permanência no curso.

Essa variação nas características dos cursos, incluindo as demandas financeiras, a carga de trabalho e a flexibilidade de horários, reflete as diferentes realidades que os bolsistas do ProUni enfrentam, impactando diretamente a sua capacidade de permanecer na universidade e concluir o curso. Ao escolher essas áreas, a pesquisa busca não apenas mapear os desafios enfrentados, mas também entender como as especificidades de cada curso e sua organização acadêmica influenciam a permanência dos alunos no ensino superior privado, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e institucionais que possam promover uma educação superior mais inclusiva e acessível.

A metodologia qualitativa adotada para esta pesquisa é estruturada de forma clara e coerente, permitindo que as questões teóricas sejam direcionadas para a compreensão dos desafios reais enfrentados pelos estudantes beneficiados pelo ProUni. Esses desafios são analisados a partir da perspectiva das experiências e vivências dos próprios alunos. Segundo

Minayo (2001), a abordagem qualitativa permite explorar o mundo dos significados das ações e das relações humanas, aspectos que não podem ser capturados por métodos quantitativos, como equações, médias ou estatísticas.

A adoção do trabalho de campo qualitativo nesta pesquisa permitiu uma aproximação genuína com o contexto dos estudantes. Conforme Cruz Neto (2001), o campo de pesquisa possibilita um diálogo enriquecedor com a realidade, permitindo que o pesquisador vá além da observação para interpretar as vivências a partir das experiências concretas dos bolsistas.

Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas, escolhidas como técnica principal de pesquisa, mostraram-se particularmente relevantes para captar as informações presentes nas falas dos prounistas, pois oferecem aos participantes a oportunidade de revisitar suas trajetórias em profundidade. Essa abordagem possibilita uma análise crítica e pessoal dos desafios e oportunidades enfrentados, permitindo que as narrativas individuais componham uma compreensão coletiva das experiências e percursos dos estudantes do ProUni.

Com base em uma análise de conteúdo, buscamos identificar os aspectos coletivos e individuais presentes nas histórias de vida relatadas. Essa estratégia de análise permite capturar o impacto das experiências acadêmicas e profissionais, evidenciando as diferenças de prestígio entre os cursos, as variações nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e, assim, revelando uma compreensão mais profunda das dificuldades e desigualdades dos bolsistas do ProUni.

Esses métodos foram essenciais para uma análise detalhada das trajetórias dos estudantes bolsistas, pois conectam diretamente com os problemas concretos enfrentados pelos prounistas. Esses desafios, conforme demonstrado em pesquisas e bibliografias que foram discutidas ao longo deste trabalho, não são recentes, mas acompanham os bolsistas desde o início do programa. Através da análise de estudos e referências no campo, foi possível aprofundar a reflexão sobre políticas públicas não só para o ingresso no ensino superior, mas também para a permanência e conclusão do curso.

2.2. Contexto da Pesquisa e Participantes

A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior privada e sem fins lucrativos que ocupa uma posição de destaque no cenário educacional brasileiro. A escolha deste local se deu pela relevância que apresenta na formação acadêmica de estudantes bolsistas do ProUni, além da ampla oferta de cursos. Esse contexto proporcionou uma análise diversificada e abrangente das experiências desses estudantes, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades enfrentados pelos beneficiários do ProUni.

A amostragem adotada nesta pesquisa foi intencional, composta por alunos bolsistas do ProUni provenientes de diferentes áreas do conhecimento, com o intuito de abranger uma diversidade de trajetórias acadêmicas e proporcionar uma análise comparativa das experiências vivenciadas por esses estudantes. A escolha dos cursos para análise levou em consideração as diferenças no prestígio social das áreas de formação, sendo que o Curso D, A e F são tradicionalmente considerados cursos mais elitizados, enquanto os Cursos C, B e E se inserem em contextos sociais e acadêmicos distintos. Essas diferenças se refletem em aspectos como a oferta de vagas e os turnos de aulas disponíveis, fatores que podem influenciar diretamente na experiência acadêmica dos alunos. A seleção dos participantes seguiu critérios rigorosos, com ênfase na condição de bolsista do ProUni, sendo aceitos alunos com bolsas integrais (100%) ou parciais (50%). Para garantir uma análise mais abrangente, foi considerado o período de matrícula ou conclusão do curso entre 2016 e 2024. Não foram estabelecidas restrições quanto à idade ou ao tempo de ingresso no curso, permitindo uma maior flexibilidade na seleção dos participantes e, assim, ampliando o alcance da pesquisa, ao incorporar uma gama diversa de experiências dentro do contexto acadêmico do ProUni.

Para localizar esses estudantes, foi utilizada uma abordagem digital. Inicialmente, recorreu-se à página no Instagram chamada Spotted IES, um espaço de interação entre estudantes, amplamente utilizado como canal de reclamações, notícias e discussões sobre a intuição privada. Devido à relevância dessa página para a comunidade estudantil, foi solicitado que divulgassem uma publicação informando sobre a pesquisa, que buscava compreender as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas do ProUni da IES. A postagem especificava o interesse em entrevistar alunos dos cursos de A, B, C, D, E e F.

A divulgação gerou uma resposta significativa, com diversos estudantes entrando em contato por meio de mensagens diretas no Instagram ou respondendo à postagem, identificando-se como bolsistas interessados. A partir dos primeiros contatos e das entrevistas realizadas, começou a se formar uma dinâmica de indicações. Os próprios entrevistados passaram a compartilhar a postagem nos grupos de WhatsApp de suas turmas, incluindo meu contato telefônico e e-mail, para que outros bolsistas interessados e que preenchessem os critérios da pesquisa pudessem me contatar. Esse processo de recomendações em rede possibilitou alcançar estudantes de diferentes cursos e períodos, expandindo o alcance da investigação

Essa estratégia resultou na participação de vinte e sete estudantes, sendo vinte e cinco bolsistas integrais (100%) e dois bolsistas parciais (50%). A distribuição dos participantes

entre os cursos foi a seguinte: doze estudantes do Curso A, seis do Curso C, três do Curso F, três do Curso E, dois do Curso D e um do Curso B. A seleção foi motivada, em parte, por minha própria experiência como bolsista integral do Curso C, o que proporcionou contatos com outros estudantes do ProUni, incluindo formados que enfrentaram dificuldades na conclusão de seus cursos. Essa vivência contribuiu para direcionar a pesquisa e aprofundar a análise sobre os desafios de permanência no ensino superior privado. Embora minha experiência tenha proporcionado uma conexão mais próxima com os entrevistados, facilitando o compartilhamento de suas histórias, procurei manter o afastamento necessário para garantir que minha vivência não influenciasse os resultados das discussões. O fato de ter sido bolsista integral do ProUni no passado possibilitou que os participantes se sentissem mais à vontade para relatar suas experiências, mas o objetivo foi garantir que suas falas fossem livres de qualquer tipo de interferência direta, mantendo a imparcialidade na análise dos dados.

Ao incluir alunos de diferentes períodos e áreas do conhecimento, e sem restrições de idade, a pesquisa garantiu uma análise abrangente e representativa das trajetórias e dificuldades enfrentadas pelos bolsistas ao longo de sua formação acadêmica.

Para garantir a privacidade e a proteção dos participantes desta pesquisa, todos os nomes mencionados nos resultados e discussões foram substituídos por identificadores numéricos, como "Estudante 1", "Estudante 2" e assim por diante. Essa medida tem como objetivo assegurar o anonimato dos entrevistados e evitar qualquer possibilidade de identificação direta ou indireta, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Os relatos apresentados ao longo da pesquisa foram analisados tanto individualmente, destacando as experiências e percepções de cada entrevistado, quanto de forma coletiva, evidenciando padrões e desafios comuns entre os estudantes beneficiados pelo ProUni. A escolha dos identificadores numéricos permite que cada trajetória seja reconhecida dentro da pesquisa sem expor a identidade real dos participantes. Dessa forma, busca-se preservar a autenticidade dos relatos, respeitando a privacidade dos entrevistados ao mesmo tempo em que se mantém a riqueza das narrativas compartilhadas. Vale ressaltar que todas as informações foram tratadas com sigilo absoluto, e nenhum dado pessoal dos entrevistados será divulgado em nenhuma etapa da pesquisa. Essa abordagem reforça o compromisso ético da investigação, garantindo que as vivências compartilhadas possam contribuir para o debate acadêmico e social de forma responsável e protegida.

A seguir, apresenta-se o quadro com os perfis dos participantes, incluindo seus respectivos cursos, idades, ano de ingresso, previsão de formatura e o tipo de bolsa recebida.

Quadro 01: Perfil dos participantes

NOME	IDADE	CURSO	INGRESSO	CONCLUSÃO	PROUNI
Estudante 1	22 Anos	C	1º/2021	2º/2024	100%
Estudante 2	21 Anos	C	1º/2022	2º/2025	100%
Estudante 3	26 Anos	C	2º/2016	1º/2020	100%
Estudante 4	33 Anos	C	2º/2016	1º/2021	100%
Estudante 5	24 Anos	C	2º/2016	2º/2021	100%
Estudante 6	22 Anos	C	1º/2019	1º/2024	100%
Estudante 7	20 Anos	B	1º/2023	2º/2027	100%
Estudante 8	23 Anos	D	1º/2020	2º/2024	100%
Estudante 9	22 Anos	D	2º/2020	1º/2025	100%
Estudante 10	22 Anos	E	2º/2021	1º/2026	50%
Estudante 11	21 Anos	E	2º/2021	1º/2026	100%
Estudante 12	23 Anos	E	2º/2021	1º/2026	100%
Estudante 13	26 Anos	F	2º/2017	2º/2023	100%
Estudante 14	24 Anos	F	2º/2017	1º/2023	100%
Estudante 15	25 Anos	F	1º/2018	2º/2023	100%
Estudante 16	24 Anos	A	2º/2020	1º/2025	100%
Estudante 17	21 Anos	A	2º/2020	1º/2025	100%
Estudante 18	22 Anos	A	2º/2020	1º/2025	100%
Estudante 19	26 Anos	A	2º/2018	1º/2024	100%
Estudante 20	23 Anos	A	2º/2020	1º/2025	100%
Estudante 21	22 Anos	A	2º/2021	1º/2026	100%
Estudante 22	23 Anos	A	2º/2020	1º/2025	100%
Estudante 23	23 Anos	A	2º/2019	1º/2024	100%
Estudante 24	21 Anos	A	1º/2021	2º/2026	50%

Estudante 25	18 Anos	A	1º/2023	2º/2027	100%
Estudante 26	23 Anos	A	1º/2019	1º/2024	100%
Estudante 27	22 Anos	A	1º/2019	2º/2024	100%

2.3. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Para obter dados detalhados sobre as experiências dos estudantes do ProUni, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de dados. Essa técnica foi escolhida por sua flexibilidade em permitir que os participantes expressassem livremente suas opiniões, sentimentos e histórias pessoais, enquanto seguia um roteiro básico para garantir a abordagem de todos os tópicos relevantes.

O roteiro das entrevistas está disponível no Apêndice A deste documento. O roteiro das entrevistas abordou questões sobre a experiência acadêmica dos participantes, os desafios enfrentados durante a graduação, o apoio institucional recebido e os fatores que contribuíram para a conclusão do curso.

As entrevistas foram planejadas para ocorrer presencialmente ou por meio de plataformas digitais, como o Google Meet, respeitando a disponibilidade e preferência dos participantes. O processo de coleta de dados seguiu um cronograma previamente estabelecido, iniciando com o contato direto aos participantes elegíveis por e-mail ou telefone, utilizando as informações fornecidas pelos próprios alunos no canal externo universitário mencionado no subtópico anterior.

Após obter o consentimento informado, as entrevistas foram agendadas conforme a conveniência dos participantes. Como supracitado, o contato inicial estabelecido com alunos ProUnistas proporcionou indicações de outros potenciais participantes para a pesquisa, ampliando nossa base de dados de forma ética e transparente. Essas recomendações permitiram a inclusão de um número maior de bolsistas, garantindo uma amostra mais representativa das experiências vividas pelos estudantes beneficiados pelo ProUni.

Todas as entrevistas foram realizadas de forma virtual, conforme a preferência dos entrevistados. Cada entrevista teve uma duração média de 45 a 60 minutos e foi conduzida diretamente por mim, como pesquisadora responsável, garantindo um ambiente confortável e propício à expressão livre e espontânea dos participantes. Para assegurar a precisão na transcrição e análise dos dados, as entrevistas realizadas virtualmente foram gravadas, sempre com o consentimento prévio dos participantes.

Posteriormente, as gravações foram transcritas, mantendo a anonimidade dos participantes. O processo de transcrição foi seguido por uma revisão cuidadosa para garantir que as respostas dos participantes fossem fielmente representadas. A análise dos dados coletados iniciou-se imediatamente após a conclusão das transcrições, seguindo os métodos de análise de conteúdo qualitativo para identificar temas comuns e descobertas relevantes relacionados aos objetivos da pesquisa.

A análise de conteúdo, conforme Gomes (2001), é hoje entendida como um conjunto de técnicas que se originaram nos Estados Unidos e têm duas principais funções na investigação científica. A primeira é a verificação de hipóteses e questões, fornecendo respostas e testando afirmações formuladas antes da pesquisa. A segunda função é desvendar conteúdos que vão além das aparências, revelando significados subjacentes nas mensagens. Essas funções podem se complementar, seja em pesquisas qualitativas ou quantitativas, e incluem a definição de unidades de registro e de contexto, que permitem situar cada mensagem dentro de uma perspectiva mais ampla.

Na presente pesquisa, essa técnica foi aplicada para interpretar as narrativas dos bolsistas do ProUni, buscando ir além do conteúdo manifesto de seus relatos e compreender as dinâmicas e significados mais profundos de suas trajetórias. Dessa forma, a análise de conteúdo temática ajuda a explorar os aspectos individuais e coletivos das experiências acadêmicas e profissionais dos alunos.

2.4. Análise dos Dados

Após a coleta e transcrição das entrevistas, a análise dos dados foi conduzida em diferentes etapas, baseando-se nos princípios da análise de conteúdo de Bardin (1977). Esse método permite ir além do que é explicitamente dito pelos participantes, explorando significados subjacentes e conexões relevantes entre os dados. Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo "[...] toma em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas (índices formais e análise de co-ocorrências)"(Bardin, 1977, p.43-44). Assim, esse processo busca interpretar não apenas os discursos, mas também os contextos e sentidos mais profundos que emergem nas falas dos entrevistados.

O método de Bardin (1977) foi operacionalizado em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise consistiu na organização inicial do material coletado. Durante essa etapa, foi realizada uma leitura flutuante, que possibilitou um primeiro contato com os dados,

permitindo impressões iniciais e uma visão geral dos principais temas que poderiam orientar a análise. Esse processo incluiu a seleção do corpus textual, constituído pelas transcrições das entrevistas realizadas com os bolsistas do ProUni.

Na etapa de exploração do material, foi realizada a codificação sistemática dos dados. As unidades de registro foram definidas como temas, uma escolha consistente com Bardin (1977), que afirma que "o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura". Cada tema foi identificado como um núcleo de sentido presente nos relatos dos participantes, sendo posteriormente agrupado em categorias temáticas com base em elementos comuns.

As categorias foram elaboradas seguindo os critérios estabelecidos por Bardin (1977), como exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade. Esses critérios garantiram a coerência e a validade das categorias criadas.

Após a categorização, os dados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, correlacionando as falas dos entrevistados com os pressupostos da pesquisa. Essa etapa permitiu identificar os fatores que influenciam a experiência acadêmica e a permanência dos bolsistas do ProUni.

O quadro a seguir apresenta as categorias temáticas resultantes da análise e seus respectivos temas:

Quadro 02: Categorias e temas

Categorias	Descrição	Temas Identificados
Dificuldades Financeiras	Refere-se aos desafios econômicos enfrentados pelos bolsistas ProUni relacionados à sua permanência no curso.	<ul style="list-style-type: none"> - Custos de materiais e infraestrutura acadêmica - Despesas de transporte e alimentação - Falta de suporte financeiro adicional <p>Objetivo: Identifica os principais desafios financeiros enfrentados pelos bolsistas ProUni e suas implicações para a permanência no curso.</p>
Apoio Institucional	Refere-se aos programas e recursos acadêmicos oferecidos pela IES para apoiar a formação e permanência dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de monitoria - Estágios acadêmicos e programas de aprendizagem prática - Projetos de apoio acadêmico, como tutoria ou orientação

		educacional Objetivo: Explorar o impacto dos mecanismos acadêmicos da IES, como monitoria e programas de estágio, para a permanência e sucesso dos bolsistas no ensino superior privado.
Aspectos Pessoais e Sociais	Fatores relacionados à adaptação pessoal e social dos bolsistas durante a graduação.	- Estratégias para conciliar estudo e trabalho - Impactos da defasagem do ensino público na adaptação acadêmica - Rede de apoio (familiares e amigos) Objetivo: Analisa os fatores individuais e sociais que influenciam a trajetória acadêmica dos bolsistas, como adaptação, motivação e impactos de experiências sociais.

A análise de conteúdo permitiu compreender as múltiplas dimensões que compõem a experiência acadêmica dos bolsistas do ProUni, evidenciando os desafios enfrentados e os fatores que contribuem ou dificultam sua permanência no ensino superior. As categorias apresentadas refletem uma síntese dos temas mais relevantes, que, ao serem interpretados sob uma perspectiva teórica, fornecem subsídios para discussões aprofundadas.

O levantamento de dados realizado com 27 bolsistas dos cursos A, B, C, D, E e F permitiu traçar um panorama detalhado sobre suas condições socioeconômicas e os desafios enfrentados para permanecer no ensino superior. Com base nas respostas obtidas por meio das entrevistas, verificou-se que a maioria dos estudantes ingressou entre 2016 e 2021, com uma concentração maior entre 2018 e 2020. Dentre esses bolsistas, 25 possuem bolsa integral, enquanto 2 recebem bolsa parcial. No entanto, mesmo com a gratuidade da mensalidade, a permanência desses alunos é fortemente impactada por fatores financeiros, institucionais e sociais.

Bourdieu (1986) destaca que o capital econômico é um elemento central para garantir a permanência dos indivíduos em espaços acadêmicos. Os dados coletados corroboram essa

perspectiva, uma vez que todos os 27 entrevistados mencionaram dificuldades financeiras, especialmente em relação a transporte, alimentação e aquisição de materiais acadêmicos. A desigualdade de condições entre os bolsistas e os alunos pagantes fica evidente na necessidade de muitos estudantes conciliarem trabalho e estudo, sendo que 17 dos entrevistados relataram possuir algum emprego, e 11 acumulam mais de um estágio para cobrir despesas extras. Essa realidade impacta diretamente a rotina acadêmica dos bolsistas, que enfrentam dificuldades para acompanhar as disciplinas e participar de atividades extracurriculares. A limitação de tempo e recursos compromete sua experiência universitária, tornando a permanência um desafio constante.

Além das dificuldades econômicas, a ausência de políticas públicas complementares ao ProUni para garantir a permanência dos estudantes foi um aspecto amplamente mencionado pelos entrevistados. Embora o programa cubra as mensalidades, não há uma política nacional estruturada que forneça auxílios financeiros adicionais para transporte, alimentação e materiais acadêmicos, como ocorre nas universidades públicas. Muitos entrevistados relataram que essa lacuna contribui para o abandono ou para a sobrecarga de trabalho. Como apontam Carvalhaes e Ribeiro (2019), a falta de uma política ampla de assistência estudantil para bolsistas do ensino privado perpetua desigualdades e torna o acesso ao ensino superior um desafio incompleto.

A IES analisada, oferece serviços como apoio psicológico por meio da clínica de Psicologia, porém esses atendimentos nem sempre são amplamente divulgados ou acessíveis para todos os bolsistas, devido à alta demanda e horários limitados. Segundo os relatos, a existência desse serviço é um ponto positivo, mas não supre as necessidades financeiras fundamentais que impactam diretamente a permanência dos estudantes. Portanto, fica evidente que é necessária uma ampliação do suporte governamental para garantir melhores condições aos bolsistas do ProUni.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa é a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos bolsistas. A necessidade de trabalhar enquanto cursam disciplinas extensas e exigentes afeta a aprendizagem e eleva o risco de abandono do curso. Muitos desses estudantes destacaram que, apesar de serem incentivados a buscar estágios para complementar a formação, as condições de remuneração são desiguais entre cursos. Alunos de áreas como Ciência da Saúde, dos cursos E e F, por exemplo, frequentemente realizam estágios com baixa ou nenhuma remuneração, enquanto estudantes dos cursos D e E encontram mais oportunidades com melhores benefícios financeiros.

A partir da categorização dos desafios relatados, foi possível construir um quadro com as principais dificuldades enfrentadas pelos bolsistas:

Quadro 03: Categorias de dificuldades dos bolsistas do ProUni

Categoria de Dificuldade	Frequência (entrevistados)	Exemplos
Dificuldades Financeiras	27	Materiais caros, transporte, alimentação (ex: Estudante 10 relata estágios mal remunerados)
Falta de suporte governamental	22	Ausência de auxílios financeiros para transporte e alimentação
Necessidade de conciliar trabalho e estudo	20	Longa jornada diária, impacto na saúde mental (ex: Estudante 2 precisa de dois estágios)
Sensação de não pertencimento	17	Diferenças culturais entre bolsistas e não bolsistas, impossibilidade de participar de atividades extracurriculares

A análise dos dados revela que a permanência dos bolsistas do ProUni é marcada por desafios estruturais que vão além da isenção da mensalidade. O acesso ao ensino superior, embora tenha sido ampliado por programas como o ProUni, não garante automaticamente a conclusão do curso. A desigualdade de condições enfrentada pelos bolsistas reafirma a necessidade de políticas públicas e institucionais mais abrangentes, que considerem não apenas a entrada dos estudantes no ensino superior, mas também sua permanência e êxito acadêmico.

2.5. Aspectos Éticos

A pesquisa seguiu rigorosos padrões éticos, respeitando a dignidade e a privacidade dos participantes. Antes da coleta de dados, o projeto recebeu aprovação em 17/10/2023 do Comitê de Ética em Pesquisa da IES, sob o número CAAE: 68321623.5.0000.5137, garantindo a conformidade com as diretrizes éticas nacionais e internacionais para pesquisa com seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os potenciais riscos e benefícios, e a forma de uso dos dados coletados. Eles assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegurava seu direito de retirada em qualquer momento do estudo, sem qualquer prejuízo ou consequência. Para garantir o anonimato e a proteção dos participantes, todos os nomes

mencionados nos resultados e discussões desta pesquisa foram substituídos por identificadores numéricos, como "Estudante 1", "Estudante 2" e assim por diante. Além disso, os cursos analisados foram referenciados por categorias genéricas, identificados como Ciências Exatas (Curso A e Curso B), Ciências Humanas (Curso C e Curso D) e Ciências da Saúde (Curso E e Curso F). Essa medida visa preservar tanto os discentes quanto a Instituição de Ensino Superior analisada, assegurando que as informações sensíveis relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos estudantes não permitam sua identificação direta ou indireta. A confidencialidade das informações foi rigorosamente mantida, com os dados sendo tratados de forma anônima e em conformidade com os princípios éticos e legais da pesquisa.

2.6. Validade e Confiabilidade

Para assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos nesta pesquisa, centrada nas experiências dos bolsistas do ProUni, foram adotadas estratégias metodológicas apropriadas à natureza do estudo.

A validade, entendida como a capacidade do estudo de refletir com precisão o fenômeno investigado, foi garantida por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Embora essas entrevistas permitam certa flexibilidade nas perguntas, essa abordagem foi escolhida para possibilitar uma compreensão mais profunda das experiências dos participantes. A flexibilidade nas perguntas foi, portanto, usada de forma estratégica para captar a riqueza dos relatos, respeitando as especificidades individuais e garantindo a autenticidade dos dados coletados.

Para garantir a confiabilidade, que se refere à consistência e estabilidade dos resultados, a pesquisa seguiu um conjunto de procedimentos sistemáticos na coleta e análise dos dados. Embora as entrevistas não tenham sido rigidamente padronizadas, foi mantida uma estrutura consistente, com temas e tópicos previamente definidos, assegurando que todas as questões essenciais fossem abordadas durante as entrevistas. Além disso, a aplicação rigorosa da técnica de análise de conteúdo temática contribuiu para a consistência na interpretação dos dados.

A validação dos dados foi também feita por meio de um processo de revisão crítica e discussão com especialistas da área. Esse procedimento permitiu verificar a consistência das conclusões, considerando diferentes perspectivas e assegurando que as interpretações estivessem bem fundamentadas. Essa troca com especialistas forneceu uma camada adicional de rigor acadêmico, reforçando a robustez das análises.

Assim, apesar da flexibilidade característica das entrevistas semiestruturadas, os métodos adotados garantiram que a pesquisa fosse válida e confiável, permitindo uma análise aprofundada e consistente das experiências acadêmicas e profissionais dos bolsistas do ProUni.

3 TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO, POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ESTRATIFICAÇÃO

O capítulo aborda a expansão do Ensino Superior no Brasil, situando-a no contexto de um debate mais amplo sobre a estratificação educacional. A análise concentra-se no crescimento do setor privado e nas políticas governamentais de financiamento estudantil, explorando como essas dinâmicas reforçam ou mitigam as desigualdades no acesso à educação superior. Para isso, são examinados dois momentos-chave de expansão: o primeiro, durante o governo militar (1964-1980), e o segundo, a partir dos anos 1990 até os anos 2000, no período pós-redemocratização.

Ao longo do capítulo, são discutidas as reformas e os contextos históricos que influenciaram a estrutura do ensino superior no país, destacando como as políticas educacionais têm impactado a estratificação social. O foco central é o Programa Universidade para Todos (Prouni), implementado em 2005, que, embora tenha ampliado o acesso ao ensino superior, também é alvo de críticas quanto à sua capacidade de promover a democratização efetiva da educação. O debate em torno da estratificação educacional permeia a análise, questionando até que ponto essas políticas têm contribuído para reduzir as disparidades ou, ao contrário, perpetuado desigualdades no sistema educacional brasileiro.

3.1. Expansão do Ensino Superior no Brasil e ações governamentais de financiamento estudantil

Este estudo parte de uma discussão acerca da expansão do Ensino Superior no Brasil, destacando o ensino privado e ações governamentais de financiamento estudantil para aumentar a diversidade socioeconômica e reduzir as diferenças de classe e raça.

Tomás e Silveira (2021) identificam dois momentos distintos de expansão do ensino superior no Brasil. O primeiro momento ocorreu durante o período do governo militar, entre 1964 e 1980, caracterizado por uma expansão inicial das instituições de ensino superior. O segundo momento teve início na década de 1990, com a criação de novas instituições e ganhou força nos anos 2000 com a ampliação das universidades federais. Esse segundo período foi impulsionado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a universalização do ensino como um direito fundamental, orientando políticas públicas para o setor educacional.

Martins (2009) trata da Reforma Universitária de 1968, primeiro momento da expansão do ensino superior. Essa reforma teve como princípio a modernização e a expansão

das instituições públicas. Com isso, criaram-se articulações entre o ensino e a pesquisa, impulsionando a pós-graduação, um instrumento fundamental e inovador para as pesquisas e programas de iniciação científica, fundamentais para a formação das novas gerações de pesquisadores.

A reforma de 1968 ofereceu condições para o surgimento de um ensino profissionalizante privado distanciando-se da atividade de pesquisa que foi instituída nas universidades públicas. De acordo com Martins (2009), este “novo” ensino privado foi estruturado nos "moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas de mercado educacional".

O processo dessa reforma se deu proveniente de insatisfações de alunos e professores com a estrutura das universidades após o golpe de 1964. Existia discordância sobre o currículo existente e a incapacidade do ensino público de neutralizar os alunos aprovados nos vestibulares que pressionavam o Governo Militar exigindo a reformulação e a restauração do ensino superior no Brasil. Apesar da Ditadura Militar, houveram estudos acerca do que se propunha para o ensino superior, mas direcionados a um pequeno grupo designado ao poder central (Martins, 2009). Essa situação se alterou após as revoltas estudantis ocorridas em diversos países em 1968, que pressionaram o Regime Militar para que houvesse uma reforma real de soluções e medidas operacionais, sendo essas focadas na reestruturação da expansão do ensino superior. A consequência foi a organização de um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária em 1969, que levou em conta os estudos da “expansão com contenção e a recomendação de plena utilização dos recursos materiais e humanos das instituições universitárias, a criação dos departamentos, a institucionalização da carreira acadêmica, a introdução do ciclo básico, o regime de créditos” (Martins, 2009 p.20-21).

O segundo momento da expansão do ensino superior ocorre a partir dos anos 1990 após a redemocratização tendo em seu primeiro momento um ensino baseado em princípios mercantilistas e produtivistas, sendo estes destinados a instituições de ensino privadas, com maior ênfase nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). De acordo com Barros (2015), “às políticas para a educação superior se inserem no contexto de subordinação do país à economia global, à agenda neoliberal e às ideias disseminadas por organismos multilaterais” (Barros, 2015, p.368). Sendo então, a destinação do ensino às instituições privadas por conseguir ofertar um maior número de vagas e se distanciando entre o ensino, a pesquisa e a extensão das instituições públicas de ensino superior. Catani et al. (2006) argumentam que essa ênfase na privatização do ensino superior gerou um afastamento do

papel do Estado na oferta de educação pública de qualidade, deixando a responsabilidade do ensino superior nas mãos de instituições privadas que operam sob lógicas mercantis.

Um fator importante que Barros (2015) destaca é a quantidade de vagas nas instituições de ensino privadas, mesmo com uma política de extensão de uma educação mercantilista e produtivistas há fatores que contribuem para ociosidade no preenchimento de vagas e para a evasão no ensino privado, segundo ele:

[d]entre os fatores que mais têm contribuído para a ociosidade e para a evasão, estão: a insuficiência de recursos financeiros para pagar mensalidades (AMARAL, 2008) e a diversificação e qualidade do sistema (características dos cursos: turno, área e modalidade – presencial e a distância; tipologia – bacharelados, tecnológicos e licenciaturas; e falta de condições de permanência, tais como: transporte, moradia estudantil, recursos para a alimentação, assistência médica, bolsas de estudo e pesquisa, dentre outras), pontua Carvalho (2006) (Barros, 2015, p.368-369).

Barros (2015) analisou dados do Inep e destacou um aumento expressivo nas vagas não ocupadas tanto nas instituições de ensino público quanto nas privadas entre 2001 e 2010. Nas instituições públicas, esse número triplicou, passando de 11.877 em 2001 para 36.775 em 2010. Já no ensino privado, houve uma multiplicação ainda maior, quadruplicando o quadro de vagas não ocupadas, de 359.925 em 2001 para 1.493.205 em 2010. Esse cenário desfavorável para o ensino superior no Brasil foi agravado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), período em que ocorreu o segundo momento da expansão do ensino superior privado. Esse crescimento, em termos de matrículas, cursos e instituições, resultou em um quadro preocupante de incerteza no setor, marcado por altos índices de evasão e inadimplência, conforme dados do Inep. Essa situação estava diretamente ligada aos desafios enfrentados pelos assalariados, especialmente devido ao elevado desemprego, tornando difícil a manutenção dos gastos com mensalidades.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi confrontado com um ambiente desafiador que exigia medidas urgentes para conter e reavaliar a expansão do ensino superior. Nesse sentido, foram implementadas políticas de expansão visando garantir a sustentabilidade financeira das instituições existentes, ao mesmo tempo em que criaram mecanismos para ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Essas iniciativas incluíram o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores à distância e a adoção de políticas de cotas. É fundamental ressaltar, no entanto, que a simples expansão quantitativa não garante a democratização do ensino superior. A democratização efetiva requer políticas inclusivas e igualitárias que promovam a igualdade de oportunidades para

todos os segmentos da sociedade. Essas ações representaram um marco em 2003, marcando o início de uma era de democratização do ensino superior baseada em uma retórica de justiça social e inclusão das camadas sociais menos favorecidas.

É importante ressaltar também, que a Reforma Universitária no governo Lula visava ampliar o acesso ao ensino superior, principalmente o privado, sem acarretar custos adicionais para o governo federal (MANCEBO, 2004, p. 80). Nesse cenário, o Prouni foi concebido como uma estratégia de baixo custo, permitindo a concessão de bolsas de estudo em instituições privadas. Em sua formulação, o programa buscava equilibrar três dimensões principais: a ampliação do acesso à educação superior, a utilização de vagas ociosas nas instituições privadas e a manutenção da responsabilidade fiscal, evitando impactos financeiros negativos para o orçamento público. Essa iniciativa na época, estava em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001), que estabelecia a meta de alcançar 30% de matrículas no ensino superior para a faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Além disso, o Prouni surge como uma resposta à crescente demanda por vagas no ensino superior, aproveitando a alta taxa de ociosidade nas instituições privadas, que registravam índices de 35% em 2002, 42% em 2003 e 49,5% em 2004 (Catani *et al.*, 2006, p. 127).

Analisando ainda o contexto das políticas de expansão do ensino superior no Brasil, Crepalde e Silveira (2016) analisam as principais iniciativas implementadas nas últimas décadas, tanto no setor público quanto no privado. No âmbito das instituições privadas, uma das medidas significativas além do ProUni, foi a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que permitiu a milhares de estudantes o acesso ao ensino superior por meio de financiamento a juros baixos. Segundo os autores, com base em dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação até 2013, o FIES havia firmado aproximadamente 1,2 milhão de contratos, especialmente após o FNDE assumir sua operação em 2010.

Já no âmbito das instituições públicas, Crepalde e Silveira (2016) destacam o REUNI como uma das principais iniciativas de expansão. O programa visava ampliar o número de vagas, melhorar a infraestrutura das universidades federais e elevar as taxas de conclusão, além de promover uma maior relação aluno/professor (Crepalde; Silveira, 2016, p.214). Utilizando dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2000; INEP, 2014), os autores mostram que o REUNI foi responsável por um aumento expressivo no número de matrículas nas universidades federais, que passaram de cerca de 300 mil em 2000 para mais de 1,5 milhão em 2014. Além disso, as matrículas nos Centros

Tecnológicos e Institutos Federais também cresceram significativamente, passando de 23 mil para 123 mil no mesmo período (Crepalde; Silveira, 2016, p.214-215).

Além dessas medidas, Crepalde e Silveira (2016) também analisam a importância da Lei Federal 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”. Essa política estabeleceu a reserva de vagas em universidades públicas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além de estudantes egressos da rede pública de ensino médio e com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo. Os autores destacam que a Lei de Cotas representou um avanço significativo na inclusão de grupos historicamente marginalizados no ensino superior. A expectativa é que, com o tempo, essa política contribua para uma maior diversificação socioeconômica e racial no acesso ao ensino superior brasileiro (Crepalde; Silveira, 2016, p.215).

O Programa Universidade para todos – ProUni- está em vigência desde 2005, pela Lei nº 11.096/2005, como uma política pública do Governo Federal, possibilita a população de baixa renda o acesso às instituições de Ensino Superior Privadas, visando a efetivação com a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais aos estudantes. Em contrapartida, as instituições que aderem ao programa têm direito a receber isenção de alguns tributos como: Imposto de Renda, PIS, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Brasil, 2005). A universidade ou faculdade, além das isenções, recebe o valor da mensalidade em bolsas de estudo.

O ProUni, ao conceder bolsas de estudo, permite que estudantes de famílias de baixa renda tenham acesso a cursos superiores em instituições privadas, o que muitas vezes não seria viável devido às altas mensalidades. Além disso, ao garantir incentivos fiscais para as instituições participantes, o programa estimula a oferta de bolsas e contribui para a diversificação socioeconômica dos alunos matriculados nessas instituições. Essa política representa não apenas uma estratégia para ampliar a inclusão de estudantes de baixa renda no ensino superior, mas também uma forma de incentivar a responsabilidade social das instituições de ensino privadas, promovendo uma maior igualdade de oportunidades no acesso à educação superior no país. O ProUni contém um caráter social de garantia de acesso à universidade, mas gera dilemas com relação à não garantia de permanência e conclusão do curso, mesmo oferecendo a isenção da mensalidade em forma de bolsas para este aluno.

Embora o ProUni tenha sido concebido como uma política voltada para ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes de famílias de baixa renda, a crítica de Catani *et al.* (2006) aponta que, ao adotar o modelo de renúncia fiscal, o programa acaba por reforçar a dependência das IES privadas, em vez de promover uma democratização real da permanência

no ensino superior. Os incentivos fiscais concedidos às instituições privadas em seu primeiro ano de implementação do ProUni foram substanciais, com a renúncia fiscal em 2005 alcançando R\$92 milhões. Esse modelo de incentivo, como destacado por Carvalho e Lopreato (2005), remonta a uma longa tradição de políticas fiscais que, desde o regime militar, têm beneficiado o setor privado, particularmente as IES, por meio da isenção de impostos sobre a renda, patrimônio e serviços dessas instituições.

Embora o programa tenha possibilitado o ingresso de muitos estudantes de baixa renda, o impacto da renúncia fiscal gerada pelo ProUni levanta questionamentos sobre sua eficácia em garantir a permanência desses alunos no ensino superior. Como indicam Catani *et al.* (2006), o modelo de isenção fiscal não questiona a estrutura financeira e operacional das IES privadas, o que pode resultar em um processo de inclusão que não garante a continuidade dos estudantes na universidade, especialmente em um contexto de custos indiretos elevados, como materiais acadêmicos, transporte e alimentação. Nesse sentido, o ProUni, ao focar apenas no acesso, não resolve as desigualdades estruturais que afetam a permanência dos alunos no ensino superior, o que compromete seu objetivo de garantir uma inclusão verdadeiramente equitativa e duradoura.

As autoras Renk e Bordini (2019) avaliam a eficácia do programa com recorte temporal de 10 anos desde sua implantação em 2005 até 2015, analisando por meio da situação socioeconômica de 352 egressos da área da saúde em uma instituição de ensino superior particular de Curitiba. Ao analisar a trajetória das formações acadêmicas dos egressos, a pesquisa revela que as dificuldades encontradas para concluir foram:

dificuldades financeiras (34%), custear o transporte (28%), entrosamento com os colegas (14%), dificuldades em relação ao acompanhamento acadêmico (9%), em arcar com os custos da moradia (5%). As maiores dificuldades estão relacionadas aos aspectos econômicos, as quais, se não forem solucionadas, podem levar o estudante a abandonar a formação. Pode-se inferir que muitas dificuldades poderiam ser sanadas se o PROUNI ou a IES disponibilizasse algum incentivo à permanência na instituição até o aluno concluir o curso universitário (Renk e Bordini, 2019, p.224).

Para além das dificuldades relatadas, durante o processo de graduação há resultados que indicam impactos positivos com a abertura do ProUni na efetivação da formação acadêmica como a melhora na “qualificação para o mercado de trabalho, o crescimento profissional, a elevação de renda, a ascensão social, o ganho de prestígio social, a distinção profissional e a diferenciação social em relação à sua origem familiar” (Renk e Bordini, 2019, p.227). Além dos impactos positivos com relação à profissionalização, há um impacto cultural e de justiça social o qual as autoras destacam:

A maioria das entrevistadas está empregada em sua área de formação, recebendo remuneração melhor do que quando ingressou na universidade, demonstrando que houve a incorporação de capital cultural, ascensão social e profissional, que foi rompida a situação de pobreza e houve redução das condições de vulnerabilidade social. [...] O ganho de capital cultural e social trazido pelo PROUNI está alinhado com a necessidade de democratização deste capital cultural para combater as grandes desigualdades socioeconômicas da sociedade brasileira (Renk e Bordini, 2019, p.227-228).

Carvalhaes e Ribeiro (2019) ressaltam que a obtenção de um diploma universitário amplia consideravelmente as oportunidades de acesso a empregos bem remunerados e com melhores condições de trabalho, em comparação com aqueles que não alcançaram esse nível educacional. Essa constatação se alinha a uma ampla literatura que demonstra a relação entre a escolaridade e a mobilidade social, reforçando a ideia de que a educação superior é um dos principais fatores que possibilitam a ascensão econômica e social dos indivíduos. Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, a formação universitária não apenas melhora as chances de inserção no mercado de trabalho, mas também influencia diretamente a distribuição de renda e o acesso a direitos sociais.

Entretanto, Carvalhaes e Ribeiro (2019) alertam para a necessidade de analisar criticamente não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a sua permanência e conclusão. A simples abertura de vagas em instituições de ensino superior não é suficiente para garantir que estudantes de diferentes origens socioeconômicas usufruam plenamente dos benefícios da educação universitária. A falta de suporte financeiro, acadêmico e psicossocial pode levar a altas taxas de evasão, especialmente entre estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, a desigualdade educacional se reflete no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de exclusão e dificultando a redução efetiva das desigualdades sociais.

Além disso, Carvalhaes e Ribeiro (2019) destacam que a expansão do ensino superior deve ser acompanhada de políticas públicas que garantam equidade na educação. Isso implica a implementação de medidas que contemplem desde a assistência estudantil até a reavaliação dos modelos pedagógicos, considerando as necessidades específicas de alunos provenientes de diferentes contextos sociais. Para que o ensino superior cumpra seu papel como promotor de justiça social, é imprescindível que sejam criadas condições para que todos os grupos possam alcançar retornos econômicos e sociais significativos por meio da sua formação.

A análise da estratificação educacional revela que a posse de um diploma universitário não tem o mesmo impacto para todos os indivíduos, uma vez que, como aponta Bourdieu (1966), o capital social e cultural desempenham um papel crucial na ascensão

profissional. Dessa forma, compreender as desigualdades de acesso, permanência e impacto econômico associadas à educação superior torna-se essencial para formular estratégias que reduzam as barreiras estruturais e ampliem a inclusão de estudantes de baixa renda. Somente por meio de uma abordagem sistêmica e integrada será possível promover uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual a educação atue efetivamente como instrumento de transformação social.

Catani *et al.* (2006, p. 136) também argumentam que o ProUni é muitas vezes considerado uma política pública significativa, especialmente por incorporar o princípio das cotas. No entanto, ao mesmo tempo, o programa reforça o modelo de privatização do ensino superior consolidado nos anos 1990. Isso porque, longe de garantir uma democratização efetiva do acesso ao ensino superior, ele legitima e mantém a segmentação dos estudantes de acordo com sua origem socioeconômica, perpetuando a distinção entre aqueles que acessam universidades públicas e privadas de diferentes níveis de prestígio.

Como ressaltam Mancebo (2004, p. 85) e Carvalho e Lopreato (2005, p. 103), o ProUni não é um afastamento da ação estatal, mas uma reconfiguração da oferta educacional, privilegiando o setor privado. Dessa maneira, o programa acaba sendo frágil até mesmo como política assistencialista, pois transfere para as instituições privadas a responsabilidade de assegurar a permanência dos estudantes. Ao garantir apenas o acesso, sem mecanismos robustos de suporte acadêmico e financeiro, o ProUni acaba criando um modelo de inclusão precária, o que reforça a estratificação social (Catani *et al.* 2006 p. 136).

3.2. Prestígio Social dos Cursos, Custo-Benefício e Probabilidade de Evasão

O prestígio social dos cursos de graduação, aliado à análise de custo-benefício e à probabilidade de evasão, constitui um eixo central na compreensão das desigualdades no ensino superior. Esses elementos não apenas influenciam a escolha dos cursos pelos estudantes, mas também determinam suas chances de sucesso acadêmico e inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, o estudo de Almeida e Ernica (2015) oferece uma análise relevante sobre como a expansão do acesso ao ensino superior e a implementação de políticas afirmativas nas universidades públicas de São Paulo como: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Federal do ABC (UFABC) não foram suficientes para alterar significativamente a hierarquia de prestígio entre os cursos. A pesquisa revela que, embora tenha havido um aumento no acesso de estudantes de famílias com menor poder aquisitivo, os cursos de maior prestígio social, como Medicina e Administração, continuam sendo

majoritariamente ocupados por alunos de classes sociais mais altas. Em contraste, cursos de menor prestígio, que preparam para ocupações de status socioeconômico inferior, são predominantemente frequentados por estudantes de famílias com menos recursos (Almeida; Ernica, 2015, p. 63-83).

Essa constatação reforça a ideia de que o prestígio social dos cursos permanece um fator determinante na escolha acadêmica e na distribuição das vagas, perpetuando desigualdades dentro das universidades. Almeida e Ernica (2015) destacam que, mesmo em instituições como a Unifesp, onde há uma maior proporção de ingressantes oriundos de famílias de menor renda, os cursos de maior prestígio continuam a ser fechados para esses grupos, consolidando as hierarquias tradicionais do ensino superior (Almeida; Ernica, 2015, p. 74). Essa dinâmica é corroborada por Neri (2005), que aponta que a valorização diferenciada das áreas de estudo no mercado de trabalho reflete em uma classificação dos cursos com base no retorno financeiro esperado, fundamentada em dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE:

Alto retorno: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Econômicas, Design, Direito, Engenharias, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia.

Médio retorno: Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social, Enfermagem, Farmácia, Física, Matemática, Psicologia, Química, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Turismo e Zootecnia.

Baixo retorno: Biologia, Biomedicina, Filosofia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Geografia, História, Letras, Nutrição, Pedagogia e Serviço Social.

Cursos como Medicina, Direito e Engenharia, que oferecem alto retorno financeiro, são tradicionalmente prestigiados e atraem predominantemente estudantes de classes sociais mais altas, enquanto cursos de menor retorno, como Pedagogia e Serviço Social, são frequentados por alunos de origens mais humildes.

A relação entre prestígio social, retorno financeiro e escolha dos cursos é fortemente influenciada por fatores socioeconômicos, como destacam Knop e Collares (2019). Os indicadores socioeconômicos, como renda familiar, ocupação dos pais e nível de escolaridade, impactam significativamente o acesso e a permanência nos cursos de ensino superior. Estudantes oriundos de famílias privilegiadas tendem a optar por cursos com maior reconhecimento social, enquanto aqueles de classes menos favorecidas direcionam-se para formações mais acessíveis financeiramente e com retorno profissional imediato. Um dos principais pontos discutidos por Knop e Collares (2019) é a relação direta entre a classe social e a probabilidade de ingresso nos cursos de graduação, ressaltando que essa questão

envolve um conjunto mais amplo de fatores que ultrapassam o sentimento de pertencimento acadêmico. Seus resultados indicam que estudantes de famílias de maior poder aquisitivo possuem uma maior probabilidade de acesso ao ensino superior, devido a vantagens como melhor acesso à educação básica, possibilidade de investir em cursos preparatórios e uma orientação vocacional mais estruturada

Além disso, a pesquisa de Knop e Collares (2019) destaca que a classe social também se manifesta na seleção dos cursos. Graduações tradicionalmente prestigiadas, como Medicina, Direito e Engenharia, são mais frequentadas por estudantes de famílias economicamente favorecidas, enquanto aqueles com menos recursos frequentemente escolhem áreas de menor status social ou de rápida inserção no mercado de trabalho, como cursos técnicos ou tecnológicos. Dessa forma, a distribuição dos cursos entre diferentes faixas de retorno econômico impacta diretamente as escolhas dos estudantes e perpetua desigualdades sociais. Estudantes de classes mais altas têm maior acesso a cursos valorizados no mercado de trabalho, enquanto aqueles de menor renda, frequentemente, optam por graduações que oferecem inserção profissional mais rápida.

Ao analisar as graduações tradicionalmente prestigiadas na IES, observa-se uma disparidade significativa na manutenção de equipamentos, oferta de oportunidades e organização de horários entre os cursos considerados de alto retorno financeiro e aqueles de médio ou baixo retorno. Essa desigualdade reflete-se não apenas na qualidade dos recursos disponíveis, mas também no impacto direto na formação dos estudantes.

A Estudante 12, do curso do E, relata uma situação emblemática que ilustra essa disparidade. Ela descreve a precariedade dos materiais disponibilizados pela instituição em comparação com os recursos oferecidos em cursos de maior prestígio, como o curso G. Segundo seu relato:

Por exemplo, o professor pediu para a gente comprar um estetoscópio, mas as pessoas que não conseguiram comprar tiveram que usar da faculdade, o que a faculdade dá. Só que assim, com certeza lá no outro campus onde tem o curso G eles tem o littmann para estudarem, mais a gente tem um lá que não tem nem marca, você coloca no ouvido, você não consegue escutar nada, ai como é que você vai aprender e estudar com um negócio que você não consegue nem escutar com ele?. Eu achava horrível quando eu esquecia meu material, por exemplo, eu colocava no ouvido e falava assim, gente eu não to ouvindo nada, o professor falava, tá ouvindo nada? eu, nada, nada. Ai vinha minha amiga e colocava, toma aqui o meu, o littmann dela. Eu colocava o littmann dela e escutava tudo, você ficava assim, nossa não dá para aprender com isso né. porque é o material que a IES que disponibiliza para gente lá, é muito ruim, é horrível (Depoimento da Estudante 12).

Além disso, a Estudante 12 destaca a falta de investimento em infraestrutura e a precarização na qualidade de materiais básicos para o aprendizado prático:

Eu acho que isso é só com o meu campus, porque eu fico pensando, no curso E lá é muito baixa renda, enquanto lá na medicina, lá onde tem o curso G, é assim, eu tava vendo os vídeos do perfil do curso E de lá e eles têm aula em quadro digital, tudo mais, rabisca, fala, essas coisas. Aí chega ali no nosso laboratório do curso E do nosso campus, tem os materiais vencidos de 2010, tá. A gente foi aprender a calçar a luva estéril, a luva de 2010 desintegrando na nossa mão, oferecem uns materiais bem velhos sabe. Eu tenho um professor que trabalha no hospital, ele vive trazendo matérias que vencer de lá para a gente estudar, tudo vencido. tudo bem, não precisa ser novinha, mas pode ser um material que tá perto de vencer. As agulhas que aprendemos a fazer pulsão, são tudo dentro da data, mesmo que fosse quase vencendo, mas essa coisa de luva, essas coisas não, só que assim, eu não aprendi direito a calçar luva estéril não, porque a luva tava colando, mais também a luva de 14 anos, a luva já venceu e a gente lá usando ela. Eu lembro que teve uma que eu peguei que na hora que eu coloquei, ela veio aquela meleca, aí eu fiquei assim, aí, não tem como usar isso aqui não (Depoimento da Estudante 12).

Esses relatos evidenciam uma realidade preocupante: enquanto cursos de alto prestígio recebem investimentos em equipamentos de ponta e infraestrutura moderna, os cursos de menor retorno financeiro são negligenciados, prejudicando diretamente a qualidade da formação dos estudantes.

Outro ponto relevante é a mudança na oferta de horários para cursos de menor retorno financeiro, como as Licenciaturas. A Estudante 5 relata que, ao ingressar na universidade em 2016, a última turma do 8º período da Licenciatura ainda cursava no turno da manhã. No entanto, quando ela iniciou o curso, os horários já haviam sido alterados para o turno da tarde, à medida que os cursos considerados mais rentáveis, como o curso D, passaram a ter prioridade na oferta de horários mais vantajosos, tirando os cursos de menor retorno dos turnos mais "confortáveis" economicamente. Ela comenta:

Quando entrei na universidade em 2016, tinha turmas dos últimos períodos que faziam pela manhã, pois o curso era ofertado nesta parte, mas ao entrar toda licenciatura passou para tarde e era óbvio o motivo dessa troca. Era para utilização do prédio destinado licenciaturas para as turmas do curso D, curso esse que dá mais retorno econômicos, já que nas licenciaturas a maioria, posso dizer cerca de 90% eram bolsistas. mas essa troca atrapalhava muito a questão de conseguir empregos. muitos dos meus amigos já no primeiro período saíram do curso ou migram para federal (Depoimento da Estudante 5).

Essa realocação de horários e espaços reflete uma lógica mercadológica que prioriza os cursos mais rentáveis em detrimento daqueles que formam profissionais essenciais para a sociedade, como professores. A falta de flexibilidade nos horários dificulta a conciliação entre estudos e trabalho, especialmente para estudantes de baixa renda, que muitas vezes precisam abandonar o curso ou migrar para instituições públicas.

Há uma exceção notável no que se refere a cursos de alto retorno, que fogem um pouco da curva quando se trata de assistência governamental para cursos integrais. Um exemplo disso é o Programa Bolsa Permanência (PBP-Prouni), criado em 2013, que atualmente oferece bolsas no valor de 700 reais.

É importante ressaltar que, embora o governo federal ofereça programas de assistência estudantil, como o PBP-Prouni, existe uma lacuna significativa na implementação dessas políticas nas IES. Esses programas têm como objetivo minimizar as desigualdades sociais e garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em cursos de graduação presenciais. O PBP-Prouni é voltado para bolsistas integrais do ProUni, desde que atendam a critérios específicos, como carga horária mínima de seis horas diárias e cursos com pelo menos seis semestres de duração (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2024). No entanto, como destacou a Estudante 14, do curso F, nem todos os cursos são contemplados:

Sim, mas no caso do curso F não entra esse auxílio. Eu até pesquisei quando fui entrar na faculdade, porque no curso G da área da saúde é mais fácil de conseguir, mas no caso do curso F, você tem que ter uma carga horária para poder ter acesso a esse auxílio, e no integral, se eu não me engano, não chegava nessa carga porque um dia da semana não tinha aula. Então, não sei se é algo assim pensado, mas esse auxílio do governo não abrange o curso F, mesmo que integral (Depoimento da Estudante 14).

Essa fala evidencia que, embora o Programa Bolsa Permanência exista, as Instituições de Ensino Superior privadas nem sempre ajustam a carga horária dos cursos para atender aos requisitos mínimos do programa, o que impede que os estudantes, mesmo sendo bolsistas integrais, acessem o auxílio. Como resultado, muitos se veem forçados a migrar para o período noturno, onde a carga horária é reduzida, a fim de conciliar os estudos com o trabalho. Essa mudança não só dificulta uma formação integral, como também reforça as desigualdades socioeconômicas já existentes.

Um outro ponto de análise que podemos observar é o conceito de capital cultural, desenvolvido por Bourdieu (1966) que contribui para demonstrar que estudantes de classes sociais mais altas possuem maior repertório de conhecimentos, habilidades e práticas culturais, facilitando sua adaptação e desempenho acadêmico. Em contrapartida, estudantes com menos capital cultural enfrentam barreiras adicionais, elevando o risco de evasão.

A desigualdade na posse desse capital cultural se reflete diretamente na dinâmica do ensino superior privado, como evidencia o relato da Estudante 2, estudante do curso C. Em sua turma, dos vinte e quatro alunos, dezenove são bolsistas do ProUni e apenas cinco são pagantes. Segundo a Estudante 2, esses alunos pagantes demonstram um repertório cultural

mais elevado, muitas vezes adquirido por meio de experiências como viagens internacionais, o que lhes permite uma participação mais aprofundada nas discussões acadêmicas e, em certos momentos, até um tratamento diferenciado por parte dos professores.

Ah, com certeza, porque a própria estrutura da sala é dividida, a gente não, nos prounis não falamos com os pagantes, porque eles já falaram vários absurdos no primeiro período, como por exemplo, tipo, nos pagantes deveríamos ter alguns privilégios por pagar, ou, toda hora ficar exibindo viagem internacional que eles fizeram, essas coisas, então a gente não tem uma aproximação, mas também, a gente, meu grupo dos prounistas, percebem que às vezes eles têm alguns privilégios, porque como eles já foram para fora, já viajaram, os professores se interessa em saber, e as vezes da uma preverenciazinha para esses alunos né. mas não são todos, mas tem essa diferença e não se mistura (Depoimento da Estudante 2).

A fala da Estudante 2 evidencia o impacto do capital cultural na forma como os alunos interagem entre si e com os professores. A diferença de repertório influencia a maneira como os conteúdos acadêmicos são apropriados e debatidos, gerando uma segregação implícita dentro da sala de aula. Além disso, essa disparidade se intensifica quando considerada a realidade dos bolsistas do ProUni, muitos dos quais precisam conciliar trabalho e estudo, o que limita ainda mais seu engajamento acadêmico.

Professor não entende por exemplo, a realidade dos prounis, que muitos trabalham, tenho vários amigos que trabalham a noite e vão para faculdade direto, então não consegue se dedicar 100% da matéria e acaba que eles que não trabalham que conseguem viajar, que tem esse capital cultural, às vezes acabam se sobressaindo (Depoimento da Estudante 2).

Esse cenário reforça a ideia de que o acesso ao ensino superior, embora fundamental, não garante a equidade de condições para todos os estudantes. As desigualdades estruturais continuam a se manifestar no cotidiano acadêmico, tornando mais desafiadora a permanência e o sucesso dos alunos de origem socioeconômica menos favorecida. A dificuldade em acompanhar as discussões acadêmicas, a necessidade de conciliar trabalho e estudo e a percepção de um ambiente pouco acolhedor podem afetar a trajetória desses estudantes, influenciando diretamente sua permanência na universidade.

A análise de Tinto (1975) sobre o custo-benefício dos cursos amplia a compreensão dessa dinâmica. Tinto (1975) argumenta que a permanência ou evasão dos estudantes no ensino superior depende de uma avaliação contínua entre os custos percebidos (financeiros, acadêmicos e sociais) e os benefícios esperados, como a melhor inserção no mercado de trabalho e retorno financeiro futuro. Quando os custos percebidos superam os benefícios, a probabilidade de evasão aumenta. Entre os principais desafios enfrentados pelos estudantes estão mensalidades, custos de materiais didáticos e a necessidade de conciliar estudos e trabalho. Por outro lado, os benefícios incluem crescimento pessoal e melhores perspectivas

profissionais. Para reduzir a evasão, as instituições devem buscar minimizar os custos percebidos e ampliar os benefícios, por meio de apoio financeiro, acadêmico e social.

Esse modelo também reflete como mudanças no mercado de trabalho impactam as decisões dos estudantes. Em situações em que há uma redução na demanda por determinadas áreas ou quando os estudantes percebem um retorno financeiro futuro insuficiente, a evasão pode ser voluntária, direcionada por escolhas racionais em busca de alternativas mais viáveis.

A hierarquia de prestígio dos cursos e a análise de custo-benefício representam dois fatores cruciais que impactam diretamente a permanência dos estudantes no ensino superior. Nesse contexto, o modelo de custo-benefício proposto por Tinto (1975) proporciona uma compreensão aprofundada de como a vulnerabilidade socioeconômica pode limitar não apenas a escolha do curso, mas também a capacidade de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior. Tal modelo contribui para a explicação da persistência da segmentação social interna nas universidades, mesmo diante da ampliação do acesso por meio de políticas afirmativas, como aquelas analisadas por Almeida e Ernica (2015).

No caso da UFABC, por exemplo, a implementação dos Bacharelados Integrados, que propõem uma formação mais generalista antes da especialização, buscou atenuar a segmentação social interna. No entanto, a pesquisa de Almeida e Ernica (2015) revela que, mesmo nesse modelo, alunos de origens sociais mais privilegiadas continuam se direcionando para os cursos de maior prestígio, consolidando as hierarquias tradicionais dentro do ensino superior (Almeida; Ernica, 2015, p. 80-81). Isso demonstra que a escolha do curso continua intimamente ligada ao prestígio social, refletindo um padrão de segmentação que não foi suficientemente alterado pelas políticas afirmativas.

Portanto, apesar das políticas de inclusão que ampliaram o acesso ao ensino superior, elas não foram suficientes para desestruturar as hierarquias de prestígio entre os cursos. O estudo de Almeida e Ernica (2015) evidencia que, embora haja algumas inovações, como os Bacharelados Integrados da UFABC, o ensino superior brasileiro continua a reproduzir as desigualdades sociais, com as diferenças de prestígio entre os cursos funcionando como um mecanismo de perpetuação dessas desigualdades. Nesse sentido, programas como o ProUni desempenham um papel crucial na mitigação dessas desigualdades, ao proporcionar acesso a estudantes de baixa renda a instituições privadas de ensino superior. Com bolsas integrais ou parciais, o ProUni tem permitido que estudantes historicamente excluídos de cursos de maior prestígio social ingressem nessas áreas, ampliando suas oportunidades de ascensão social e econômica. No entanto, o impacto do ProUni também depende de políticas complementares que garantam a permanência desses estudantes no ensino superior, abordando desafios como

os custos de materiais, a necessidade de trabalhar para sustentar os estudos e a falta de suporte acadêmico e psicológico.

Essa dinâmica de prestígio e custo-benefício influencia diretamente as escolhas e trajetórias dos estudantes, contribuindo para a não permanência, especialmente entre aqueles de menor renda. Embora o ProUni represente um avanço significativo ao ampliar o acesso a cursos de maior prestígio e retorno financeiro, historicamente dominados por estudantes de classes mais favorecidas, a falta de investimentos adequados em infraestrutura, materiais e políticas de permanência para cursos de menor retorno econômico reforça as disparidades. Enquanto cursos de alto prestígio recebem investimentos robustos em equipamentos modernos e infraestrutura de qualidade, os cursos de menor retorno financeiro são frequentemente negligenciados, o que não só prejudica a formação dos estudantes, mas também desestimula sua permanência na instituição.

A análise dos relatos dos estudantes revela um cenário preocupante: a precariedade de recursos, a falta de apoio financeiro e as dificuldades para conciliar estudo e trabalho são fatores que aumentam significativamente o risco da não permanência. Além disso, a inadequação da carga horária para atender aos requisitos dos programas de assistência estudantil, como o PBP-Prouni, impede que muitos alunos acessem benefícios essenciais para sua permanência, como bolsas e auxílios. Essa combinação de fatores cria um ciclo de exclusão que afeta principalmente os estudantes de baixa renda, que muitas vezes precisam abandonar os estudos ou migrar para instituições públicas.

Para reverter esse cenário, é urgente que as IES privadas revisem suas políticas de alocação de recursos e priorizem investimentos equitativos em todos os cursos, independentemente de seu retorno financeiro imediato. Além disso, é necessário ajustar a carga horária dos cursos para que os estudantes possam acessar os programas de assistência governamental, garantindo condições mínimas para sua permanência e sucesso acadêmico. A redução das disparidades entre cursos de alto, médio e baixo prestígio, aliada a políticas de apoio mais eficazes, pode não só diminuir a evasão, mas também promover uma formação mais justa e de qualidade para todos.

Em síntese, a superação das desigualdades no ensino superior exige uma abordagem que vá além do acesso, garantindo condições equitativas de permanência e formação. Somente assim será possível romper o ciclo de exclusão e construir um sistema educacional que valorize todas as áreas do conhecimento, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.3. (I)mobilidades: deslocamento e permanência no ensino superior

No cerne deste mundo que oscila entre movimento constante e aparente imobilidade, emerge uma análise profunda das origens e das normas desiguais que moldam essa dinâmica intrincada. O Dossiê dos autores Bianca Freire-Medeiros, Vera da Silva Telles e Thiago Allis (2018) reúne uma série de artigos que exploram a complexa interação entre mobilidade e imobilidade, investigando suas implicações em várias esferas da sociedade e lançando luz sobre os princípios subjacentes a esse fenômeno.

Georg Simmel ([1903] 2005), um dos pioneiros nesse campo, oferece uma perspectiva ampliada de mobilidade, indo além da simples mudança física para abraçar as intenções, estratégias e escolhas que dão forma às nossas trajetórias individuais e coletivas. Dentro do contexto da Modernidade, ele desafia a visão convencional de mobilidade como um subproduto passivo das estruturas sociais e culturais, destacando sua influência ativa na construção das cidades e na dinâmica da vida urbana.

A Escola de Chicago, inserida em um contexto institucional único, estabelece as bases para a exploração da mobilidade espacial como um elemento-chave na compreensão das complexas interações entre a cidade, sua morfologia e as complexidades das relações sociais. Essa abordagem impulsiona o desenvolvimento de duas áreas fundamentais nas ciências sociais: os estudos migratórios e urbanos. A mobilidade geográfica emerge como um componente vital da vida urbana, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências de grupos como migrantes e membros de gangues, que desempenham papéis cruciais na tapeçaria urbana.

À medida que o tempo avança, a mobilidade assume novas nuances. Na década de 1950, com a ascensão do estrutural-funcionalismo na sociologia americana, a mobilidade ganha destaque como elemento central na análise das conexões entre ocupações profissionais e as desigualdades sociais. A mobilidade social ganha robustez como campo de estudo, lançando luz sobre os mecanismos que delineiam o caminho ascendente ou descendente dos indivíduos dentro das estruturas sociais.

No contexto da sociologia urbana, uma abordagem destacada é a proposta por Joseph (1998), cuja perspicácia lança nova luz sobre a compreensão da mobilidade. Joseph (1998) traz à tona a interconexão entre mobilidade, circulação e acessibilidade, desafiando a noção convencional de cidade como um berço comunitário. Sua visão ousada destaca o papel crucial da mobilidade na formação de identidades e na integração social. A cidade, para Joseph (1998), transcende sua concepção tradicional. Ela se revela como um espaço de circulação e acessibilidade, onde a mobilidade é o fio condutor das interações sociais. Ao

desfazer a ideia arraigada de uma comunidade estática, Joseph (1998) nos convida a olhar para a cidade como um espaço dinâmico, onde as práticas de mobilidade desempenham um papel fundamental na construção de vínculos e conexões entre indivíduos diversos.

A partir desse campo de estudo teórico na área de (i) mobilidades, abordando o espaço e a cidade como produtores sociais e como resultantes de práticas sociais. analisa-se a luz das teorias de Joseph (1998) que amplia a compreensão das complexas relações que permeiam a vida urbana contemporânea. Todas essas perspectivas interligada a discussão de oportunidades que levam em conta estudantes Prounistas que, em seu contexto geral, passam por dificuldades de manutenção de pertencimento nos cursos por não possuírem auxílios nos gastos além da mensalidades, gastos esses que especificamos em tornos do transporte, por ser um dos fator determinante na permanência e a mobilidade.

Os sujeitos em movimento analisados são cinco estudantes, todos beneficiários de bolsa integral pelo ProUni. Três deles são ex-alunos do curso C: o Estudante 3, de 25 anos, a Estudante 4, de 32 anos, e a Estudante 5, de 24 anos, que ingressaram no 2º semestre de 2016. Foram incluídas também na análise a Estudante 2, de 22 anos, aluna do curso C, que ingressou no 1º semestre de 2022, e a Estudante 13, de 27 anos, aluna do curso F, que ingressou no 2º semestre de 2017. A escolha desses participantes buscou abranger diferentes períodos de ingresso e contextos de mobilidade, permitindo uma análise comparativa das estratégias adotadas para lidar com os desafios do deslocamento e da permanência no ensino superior.

A mobilidade estudantil e os desafios relacionados ao transporte público são elementos centrais para a compreensão das desigualdades na permanência universitária. Os depoimentos coletados evidenciam como o deslocamento até a IES impactam a experiência acadêmica, afetando desde a assiduidade até a participação em atividades extracurriculares. Além disso, a sobrecarga financeira e o tempo gasto no deslocamento reduzem significativamente as possibilidades de engajamento em iniciativas acadêmicas que poderiam fortalecer a formação dos estudantes. Os relatos dos entrevistados reforçam essa perspectiva.

O Estudante 3, que ingressou no curso C em 2016, enfrentou longas jornadas diárias de deslocamento. Morando em Pedro Leopoldo, gastava aproximadamente 2h30min para chegar à IES, utilizando um ônibus até a estação Vilarinho, metrô até a estação Gameleira e, posteriormente, caminhando até a IES. Ele relata:

Pedro Leopoldo fica na região metropolitana de BH, ela fica no vetor norte da capital, ela fica depois da cidade administrativa, depois de São José da lapa, depois do Aeroporto de confins, então assim de carro dá mais ou menos até a pampulha daria 30 minutos a 35 minutos sem trânsito. De

ônibus demora mais de uma hora e o ônibus no início, uns 10 anos atrás ele parava na rodoviária da lagoinha e hoje ele para na vilarinho então quando eu comecei o curso eu ia de ônibus até a vilarinho da vilarinho eu pegava um metro e ia até a estação Gameleira e depois me deslocava andando até a IES, isso demorava cerca de 2 horas e se tivesse trânsito 2hr30min e no meu caso os ônibus eram mais ou menos de uma em uma hora então era comum eu ir correndo de um lado para o outro para conseguir pegar o ônibus (Depoimento do Estudante 3).

A experiência do Estudante 3 demonstra o impacto físico e mental do deslocamento prolongado, influenciando sua rotina acadêmica e qualidade de vida. O cansaço acumulado e a dificuldade de participar de atividades acadêmicas para além das aulas regulares reforçam as barreiras estruturais enfrentadas pelos estudantes de regiões metropolitanas.

Assim como ele, a Estudante 2, que ingressou no mesmo curso em 2022, vivenciou dificuldades semelhantes ao morar em Vespasiano, também na região metropolitana de Belo Horizonte. Seu deslocamento envolvia a utilização de três ônibus e um metrô, chegando a demorar três horas para retornar para casa. Ela relata:

Além de caríssimo, era extremamente cansativo, porque eu tinha que pegar três ônibus e um metrô. Então eu morria, porque era tudo de pé. Eu demorava umas duas horas, eu já cheguei a demorar umas três horas para chegar em casa (Depoimento da Estudante 2).

A trajetória da Estudante 2 ilustra como os desafios relacionados ao transporte permanecem presentes, independentemente da época de ingresso no ensino superior. No entanto, ao comparar os dois casos, percebe-se que, embora o fator tempo seja relevante, o impacto financeiro do deslocamento foi determinante em suas decisões. Enquanto o Estudante 3 gastava cerca de R\$350,00 por mês em transporte, a Estudante 2 relatou um custo diário de aproximadamente um gasto aproximado de R\$25,00, totalizando cerca de R\$500,00 mensais. Como ela mesma destacou:

Eu lembro que até em umas contas que eu fazia, ficava quase 25 reais por dia de passagem. Então eu tinha que ter muita estrutura de terceiros para me ajudarem, porque se não tivesse eu não daria conta, tanto que eu era uma das poucas do meu bairro que fazia faculdade (Depoimento da Estudante 2).

Esse relato reforça como os gastos com transporte podem se tornar um obstáculo significativo para a permanência no ensino superior, especialmente para estudantes que dependem de bolsas ou pertencem a classes de menor poder aquisitivo.

Diante desse cenário, ambos os estudantes optaram por mudarem para mais perto da IES, mesmo enfrentando novos desafios financeiros. O aumento significativo nos custos ao longo do tempo, somado ao desgaste de passar longos períodos no transporte público, foi um dos principais motivos que levaram esses estudantes a tomarem essa decisão. A mudança

representou uma melhor relação custo-benefício, além de reduzir o esforço físico e emocional associado aos deslocamentos.

No caso do Estudante 3, ele optou por dividir um apartamento com amigos na região da Nova Gameleira, o que permitiu maior participação na vida acadêmica e acesso a oportunidades de estágio. Ele relata:

Eu decidi que era melhor eu morar em BH e dividir apartamento porque ficavam mais barato no caso dividindo do que voltar, por mais que eu tivesse o conforto de esta aqui na casa dos meus pais, mas é uma correria muito grande, eu gastava muito tempo do meu dia no transporte e atrapalha muito meus estudos, quando eu comecei a morar lá eu comecei a ter oportunidade de começar no estágio, voltei a ter uma vida mais tranquila enquanto a isso, no início eu pegava apenas um metrô uma estação de metrô para chegar na universidade, como era R\$ 1,80 era muito tranquilo paga essa viagem e eu consegui um estágio né, no Museu da IES então mais ou menos pagava os gastos (Depoimento do Estudante 3).

Já a Estudante 2 também buscou uma moradia próxima da universidade, mas enfrentou o desafio de um aluguel elevado. Ela comenta:

Eu tô morando um quarteirão de diferença, justamente para não ter que gastar com passagem, mas o aluguel é um absurdo. Então todo meu estágio do CEFET vai para o aluguel (Depoimento da Estudante 2).

Essas decisões refletem a importância de reduzir custos e tempo gastos com deslocamento, mesmo que isso implique em novos desafios financeiros, como o alto valor do aluguel. Para ambos, a proximidade da IES trouxe benefícios significativos, como maior participação nas atividades acadêmicas, acesso a oportunidades de estágio e uma rotina mais equilibrada. Apesar das dificuldades, a mudança representou um ganho na qualidade de vida e no aproveitamento da experiência universitária, evidenciando que, em muitos casos, a proximidade geográfica é um fator crucial para o sucesso acadêmico e pessoal.

A análise dos depoimentos dos estudantes, à luz do estudo de Paola Jirón e Pablo Mansilla (2013) sobre *Atravesando la Espesura de la Ciudad: Vida Cotidiana y Barreras de Accesibilidad de los Habitantes de la Periferia Urbana de Santiago de Chile*, revela semelhanças e contrastes marcantes com as experiências descritas pelos estudantes 2 e 3, que ingressaram no curso C. Ambos os casos destacam os desafios enfrentados por estudantes que lidam com obstáculos de mobilidade em busca de educação superior, evidenciando como as barreiras de acessibilidade impactam suas vidas e oportunidades acadêmicas.

No estudo de Jirón e Mansilla (2013), os habitantes da periferia de Santiago enfrentam dificuldades significativas para acessar serviços, infraestrutura e oportunidades na cidade. Isso inclui trajetos cansativos e demorados em transportes públicos, além de limitações geográficas que afetam sua mobilidade diária. De maneira semelhante, os relatos

dos estudantes 2 e 3 destacam o impacto das longas e exaustivas jornadas de deslocamento entre suas residências e a universidade. Essas experiências reforçam a ideia de que a mobilidade urbana é um fator crucial que molda não apenas o acesso à educação, mas também a qualidade de vida e as oportunidades disponíveis para os estudantes.

Em ambos os casos, a questão da acessibilidade afeta diretamente o envolvimento dos estudantes na vida universitária. No estudo chileno, os habitantes da periferia relatam sentir-se excluídos devido às dificuldades de mobilidade, o que limita seu acesso a eventos e recursos acadêmicos. Da mesma forma, os Estudantes 2 e 3 descrevem como suas limitações de mobilidade os impediam de interagir plenamente com colegas de curso e participar de atividades extracurriculares, afetando sua sensação de pertencimento à comunidade acadêmica.

Uma diferença significativa entre os casos, no entanto, está na solução encontrada para mitigar os desafios de mobilidade. Enquanto no estudo chileno as barreiras persistem e os habitantes da periferia enfrentam dificuldades contínuas, os estudantes 2 e 3 optaram por mudar-se para Belo Horizonte, próximo à universidade. Essa decisão proporcionou maior proximidade com a IES, permitindo que participassem mais ativamente da vida universitária, aproveitassem os recursos oferecidos pela instituição e até mesmo acessassem oportunidades de estágio e trabalho. Essa mudança, embora tenha gerado novos desafios financeiros, como o alto custo do aluguel, representou uma melhoria significativa em sua qualidade de vida e no aproveitamento da experiência acadêmica.

O impacto da mobilidade sobre a permanência universitária também é evidente em outros relatos, que destacam como as dificuldades financeiras e logísticas podem influenciar diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes. A Estudante 5, que ingressou no curso C em 2016, morava na região metropolitana de Belo Horizonte e, para reduzir custos, optava por caminhar longas distâncias ao invés de pagar uma segunda passagem de ônibus. Ela relata:

Na maioria das vezes, eu pegava só um ônibus, aquele que passava perto de casa, pra economizar nas passagens. Juntava esse dinheiro pra poder me alimentar lá ou guardava pra sair com minhas amigas, mas nunca dava muito. Então, ficava semanas pegando só um ônibus para economizar e poder sair com minhas amigas no Final de semana ou às vezes pós aula (Depoimento da Estudante 5).

Esse esforço para economizar com transporte reflete uma realidade comum entre estudantes de baixa renda, que precisam priorizar gastos essenciais, como alimentação, em detrimento de outras necessidades. A necessidade de escolher entre se deslocar e se alimentar, ou entre estudar e socializar, evidencia como a mobilidade urbana pode limitar não apenas o

acesso à educação, mas também a qualidade de vida e a integração social no ambiente universitário.

A dificuldade financeira atrelada à mobilidade também pode ser percebida em outros casos, como o da Estudante 4, que relatou que a falta de condições para arcar com o transporte quase a fez desistir do curso. Ela explica:

Chegou um momento do curso em que eu não conseguia ir todos os dias, porque simplesmente não tinha dinheiro pra pagar a passagem de ônibus. E como o curso era à tarde, ficava difícil arrumar um emprego CLT pra ter uma renda fixa. Foi uma fase bem complicada, sabe? Eu só consegui me formar porque, naquela época, entrou a pandemia e as aulas viraram remotas. Se não fosse isso, sinceramente, não sei se estaria aqui hoje com meu diploma (Depoimento da Estudante 4).

O relato da Estudante 4 ilustra como a falta de recursos para custear o transporte pode se tornar um obstáculo intransponível, colocando em risco a conclusão do curso. A pandemia, paradoxalmente, trouxe um alívio temporário para alguns estudantes, ao permitir que continuassem seus estudos de forma remota. No entanto, essa solução emergencial não resolve o problema estrutural da mobilidade urbana, que continua a afetar milhares de estudantes em todo o país.

Por outro lado, alguns estudantes tiveram experiências mais favoráveis devido a políticas de apoio e iniciativas públicas que visam reduzir os custos de deslocamento. A Estudante 13, do curso F, destacou a importância de programas como o passe estudantil metropolitano, vigente em seu município, Nova Lima:

'No meu caso, tive sorte porque eu moro em Nova Lima e minha cidade dá transporte para quem tem Prouni na universidade. Então gera um gasto a menos' (Depoimento da Estudante 13).

Essa iniciativa demonstra como políticas públicas bem direcionadas podem aliviar parte do fardo financeiro enfrentado pelos estudantes, permitindo que eles se concentrem em seus estudos sem se preocupar excessivamente com os custos de transporte. No entanto, a falta de uniformidade na oferta desses benefícios entre diferentes regiões e instituições revela uma desigualdade que precisa ser enfrentada para garantir maior equidade no acesso e permanência no ensino superior.

A mobilidade, enquanto fenômeno social, vai além da mera transição física, abrangendo intenções, estratégias e transformações sociais que moldam as relações urbanas. Desde os fundamentos propostos por Georg Simmel ([1903] 2005), a mobilidade é entendida como um reflexo das desigualdades e um motor de mudanças. Compreender esses padrões complexos de interação entre indivíduos, cidades e sociedades em constante transformação é

essencial para uma análise crítica das dinâmicas urbanas e para a elaboração de políticas públicas efetivas.

As barreiras da mobilidade evidenciam desigualdades estruturais que impactam profundamente a trajetória de estudantes do ProUni. As histórias dos estudantes ilustram essas dificuldades, destacando a necessidade de políticas públicas que considerem as múltiplas camadas de desigualdade. Tais políticas devem promover a equidade, ampliando as oportunidades de mobilidade e garantindo que estudantes de diferentes origens sociais e econômicas possam acessar e se manter na educação superior.

Os relatos demonstram que a questão da mobilidade e dos custos com transporte ainda são barreiras significativas para a permanência no ensino superior, mesmo anos após a implementação do ProUni. Enquanto alguns estudantes encontram soluções individuais, como mudar-se para perto da universidade, outros dependem de programas de transporte público que nem sempre estão disponíveis em todas as regiões. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam maior equidade de acesso e permanência no ensino superior, considerando as desigualdades socioeconômicas e espaciais que marcam a realidade dos estudantes brasileiros.

Em síntese, a análise dos casos à luz do estudo de Jirón e Mansilla (2013) reforça a importância de abordar a mobilidade urbana como uma questão central para a inclusão educacional. A superação dessas barreiras exige não apenas soluções individuais, mas também ações coletivas e políticas públicas que promovam a justiça social e garantam que todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição financeira, tenham condições dignas de acesso e permanência no ensino superior.

4 DESIGUALDADE SOCIAL: O CONTEXTO EDUCACIONAL

Bourdieu (1966) em seu ensaio sobre *A Escola Conservadora: As Desigualdades Frente à Escola e à Cultura*, oferece uma análise crítica do sistema educacional, destacando como a escola não é um espaço neutro, mas sim um ambiente onde as desigualdades sociais são reproduzidas e legitimadas, nos mostra também que até mesmo a ideia de uma “escola libertadora” traz consigo fatores de conservação social, “pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratada com dom natural” (Bourdieu, 1966, p.41). Ao longo do processo educacional, age o mecanismo de eliminação, selecionando direta ou indiretamente os indivíduos das diferentes classes sociais. Portanto, Bourdieu (1966) descreve os mecanismos objetivos que determinam a exclusão das crianças desfavorecidas, por meio da ação de privilégios culturais que são percebidos de forma grosseira, fornecendo informações sobre o sistema educacional e as perspectivas de carreira. A herança cultural e a classe social são responsáveis pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de sucesso.

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar (Bourdieu, 1966, p. 41-42).

O argumento de Bourdieu (1966) sobre a escola desempenhar um papel crucial na manutenção das desigualdades culturais existentes na sociedade, ocorre porque a escola valoriza e privilegia certas formas de capital cultural, que são o conjunto de conhecimentos, habilidades e práticas culturais que uma pessoa possui. Essas formas de capital cultural são transmitidas de geração em geração e estão profundamente enraizadas nas condições sociais e culturais das famílias. O nível cultural dos pais é acumulativo, e para uma avaliação precisa das vantagens e desvantagens transmitidas pelo ambiente familiar, é necessário levar em conta também o dos ascendentes. Assim, o conhecimento que os estudantes possuem é hierarquizado de acordo com a categoria socioeconômica do pai ou avô, à medida que ela aumenta ou à medida que a categoria socioeconômica do pai e avô se eleva conjuntamente.

Nesse processo de aculturação e acesso à cultura, indivíduos aparentemente iguais continuam sendo separados em termos de sucesso social e educacional. Aqueles que vêm de famílias com maior capital cultural têm uma vantagem significativa no ambiente escolar, pois já estão familiarizados com as normas e práticas culturais valorizadas pela instituição. Eles têm maior facilidade para se adaptar às expectativas e exigências do sistema educacional, o

que muitas vezes resulta em um melhor desempenho acadêmico. Por outro lado, os estudantes provenientes de famílias com menor capital cultural enfrentam maiores obstáculos. Eles podem não ter a mesma familiaridade com as normas culturais da escola e podem sentir-se deslocados ou inadequados em relação às expectativas acadêmicas. Isso pode levar a um menor desempenho escolar e a uma maior probabilidade de serem relegados a posições socialmente menos privilegiadas.

Bourdieu (1966) destaca que a escola não é apenas responsável pela reprodução das desigualdades culturais, mas também por legitimá-las. Ao adotar critérios de avaliação baseados nas normas culturais dominantes, a escola sanciona e reforça a hierarquia existente na sociedade. Ela confere uma aparência de mérito e justiça às desigualdades, ocultando as barreiras e estruturas sociais que dificultam o acesso igualitário à educação. Essa dinâmica da escola conservadora acaba por perpetuar as desigualdades sociais, pois aqueles que já estão em vantagem em termos de capital cultural têm maiores chances de alcançar o sucesso acadêmico e, conseqüentemente, de obter melhores oportunidades na vida adulta. Isso cria um ciclo vicioso de desigualdade, onde as desvantagens iniciais são ampliadas ao longo do tempo.

Nesse sentido, Bourdieu (1966) chama a atenção para a necessidade de repensar as práticas educacionais, os currículos e as formas de avaliação. É preciso reconhecer e valorizar as diferentes formas de capital cultural presentes na sociedade, para que a escola possa se tornar um espaço mais inclusivo e igualitário. Isso implica em acolher e respeitar a diversidade cultural dos estudantes, promover uma educação que vá além das normas culturais dominantes e trabalhar para reduzir as desigualdades sociais por meio do acesso igualitário à educação de qualidade.

Essa crítica de Bourdieu ganha ainda mais relevância quando analisada à luz de teorias que explicam como as desigualdades educacionais persistem mesmo em contextos de expansão do acesso à educação. A educação é um fenômeno social que cumpre um duplo papel: por um lado, é um mecanismo de socialização e integração dos indivíduos na sociedade, transmitindo saberes, valores e costumes dominantes, como destacado por Durkheim (*apud* Barbosa e Gandin, 2020). Por outro, ela também atua como um instrumento de organização e legitimação das desigualdades sociais. Essa dualidade revela que, embora a escola seja um espaço de promoção da coesão social e da cidadania, ela também reproduz e naturaliza as hierarquias existentes, tornando-se um critério central para a alocação dos indivíduos na estrutura ocupacional (Barbosa e Gandin, 2020, p. 5).

Nesse sentido, a educação não é apenas um direito universal, mas também um mecanismo de diferenciação. Enquanto promove a igualdade formal ao garantir o acesso à escolarização, ela produz diferenças entre os alunos que, ao longo do tempo, podem se transformar em desigualdades sociais. Essa dinâmica é analisada por teorias como a *Desigualdade Maximamente Mantida* (MMI) e a *Desigualdade Efetivamente Mantida* (EMI), que ajudam a entender como os sistemas educacionais perpetuam as desigualdades mesmo em contextos de expansão do acesso à educação.

A teoria da *Desigualdade Maximamente Mantida* (MMI), proposta por Raftery e Hout (1993), sugere que as desigualdades educacionais persistem até que as elites atinjam um nível de escolarização saturado. Enquanto houver demanda por educação superior entre os grupos privilegiados, as oportunidades para os menos favorecidos permanecerão limitadas. Apenas quando as elites atingirem um nível de escolarização pleno é que as chances podem se expandir para outros grupos sociais.

Já a teoria da *Desigualdade Efetivamente Mantida* (EMI), desenvolvida por Lucas (2001), complementa essa perspectiva ao mostrar que, mesmo após a saturação da demanda entre as elites, as desigualdades persistem por meio de mecanismos qualitativos. Por exemplo, as elites podem buscar formas de educação mais prestigiadas ou exclusivas, como escolas particulares de elite ou cursos superiores mais valorizados, mantendo assim suas vantagens sociais. Dessa forma, a desigualdade não se expressa apenas no acesso à educação, mas também na qualidade e no tipo de formação recebida.

Essas teorias evidenciam que a expansão do acesso à educação nem sempre resulta em redução das desigualdades sociais. A escola, embora seja um espaço de socialização e integração, também é um mecanismo de reprodução das hierarquias sociais. Como apontam Barbosa e Gandin (2020), a sociologia da educação tem demonstrado que a instituição escolar, além das condições socioeconômicas das famílias, é um fator essencial na determinação dos destinos sociais e escolares dos estudantes. As fronteiras simbólicas, como o prestígio associado a determinadas escolas ou diplomas, desempenham um papel crucial na produção das desigualdades sociais, influenciando a socialização e a formação das identidades coletivas.

A transição do meio escolar para o mercado de trabalho ilustra essa complexidade. Embora a escolarização seja um critério central para a alocação dos indivíduos em diferentes posições sociais, ela não garante igualdade de oportunidades. O nível de escolaridade final obtida torna-se um dos principais critérios para o posicionamento no mercado de trabalho, mas as desigualdades sociais e econômicas continuam a influenciar as trajetórias individuais.

Como destacam Barbosa e Gandin (2020), os retornos econômicos associados à educação variam significativamente, com os benefícios do ensino superior sendo crescentes, enquanto os níveis médio e fundamental apresentam retornos cada vez mais limitados.

Em síntese, a educação é um processo contraditório: ao mesmo tempo em que promove a integração social e a coesão, ela também organiza e legitima as desigualdades. A sociologia da educação, com seus instrumentos teóricos e metodológicos, permite analisar como os processos educativos se constituem em fatores cruciais na produção e reprodução das desigualdades sociais. Como destacam Barbosa e Gandin (2020), a compreensão desses processos exige uma abordagem multidimensional, que considere tanto as condições socioeconômicas das famílias quanto o papel da instituição escolar na determinação dos destinos sociais dos indivíduos.

4.1. Defasagem do Ensino Básico Público

A educação pública brasileira é assegurada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seus artigos 205 a 214, o direito à educação como fundamental para todos, cabendo ao Estado e à família o dever de garanti-lo. Esses dispositivos ressaltam a educação como essencial ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. No entanto, a prática educacional no Brasil ainda está marcada por profundas desigualdades, especialmente entre a rede pública e a privada, revelando desafios estruturais que comprometem a democratização do acesso e da permanência no ensino superior.

Almeida (2004), em seu artigo *O legado educacional do século XX*, aborda essas contradições ao afirmar que, no Brasil, a educação ainda ocupa um estatuto utópico de democratização. Para a autora, a escola, concebida como um espaço de edificação cultural e disseminação do conhecimento, continua inacessível de forma plena aos segmentos de baixa renda, especialmente no ensino superior. Ele destaca que “o sonho liberal republicano se esfacelou na voragem do capitalismo, e não há sistema escolar que consiga aplainar as diferenças de classe” (Almeida, 2004, p.2). Esse cenário reforça como as desigualdades sociais e econômicas perpetuam barreiras ao acesso igualitário à educação, impactando significativamente a formação de estudantes provenientes de escolas públicas.

Essa desigualdade fica evidente nos relatos de estudantes dos cursos A e B, que exigem um conhecimento mais avançado em cálculos e outras disciplinas fundamentais. Essa diferença acentua a defasagem considerável na formação básica de estudantes oriundos de escolas públicas ao se compararem com colegas provenientes de escolas privadas. Um

exemplo disso é a fala do Estudante 18, estudante do curso A, que descreveu sua experiência ao ingressar no ensino superior:

ó, bom, eu senti, é muito discrepante, principalmente na IES tem muitos, é muitas pessoas lá vem de colégios particulares, Santa Maria aqueles colégios na região de BH, para me adaptar era, primeiro que tive que me adaptar aos meus colegas, tipo assim, eles tinham muita mais influência e adaptação em cálculo 1, cálculo numérico, eles já chegaram sabendo fazer integral variada (inaudível) e eu não sabia nada, então foi complicado pegar no tranco, para conseguir seguir o mesmo ritmo, isso eu senti muito no início (Depoimento do Estudante 18).

O relato do Estudante 18 ilustra como a defasagem na formação básica impacta diretamente o desempenho acadêmico, exigindo esforços redobrados para acompanhar o ritmo dos colegas. Além da fala do Estudante 18, encontramos esta experiência nos relatos da Estudante 7, estudante do curso B e bolsista integral do ProUni, que vivenciou desafios semelhantes. Enquanto o Estudante 18 relata a discrepância de preparo técnico em disciplinas exatas como cálculo, a Estudante 7 aborda a precariedade do ensino público, agravada pela pandemia, que deixou lacunas significativas em sua formação. Essas diferenças revelam como o capital cultural, destacado por Bourdieu (1966), é um fator decisivo para o sucesso acadêmico. Estudante 7 observa:

É pegando muito essas questões quando são matérias exatas, né, porque eu acredito que grande parte dos brasileiros têm um sério problema com as exatas. Eu me incluo porque não sou tão ruim, mas também não sou acima da média. E aí tem várias questões que a escola pública deixa em aberto, sabe?! Deixa lacunas, principalmente depois da pandemia. Eu peguei dois anos do meu ensino médio na pandemia, então segundo e terceiro ano eu não tive aula, não tive nada, eu não aprendi nada no segundo e no terceiro ano do ensino médio. Então, assim, matéria de exata, história eu até fui legal, sempre me interessei, em geografia ok, humanas em geral, mas física, matemática, química, esquece. Professor fala uma coisa, eu tenho que ir lá pesquisar para relembrar ou então para aprender porque tipo eu não tive oportunidade. E tem que ser assim, até porque na escola pública a pessoa fica ali meio horário, né, de sete a onze e vinte, não dá para passar tudo. Pessoal que estuda em escola particular, é o dia todo, eles vêm de tudo, né. Então, assim, além do auxílio de monitoria, tem preparo para Enem, aquela coisa doida. É bem distante a realidade, sabe? Muito distante a realidade (Depoimento da Estudante 7).

A menor acumulação de capital cultural, aliada à ausência de redes de apoio e de recursos financeiros, muitas vezes limita a capacidade desses estudantes de acompanhar o ritmo acadêmico e pode ser um fator determinante para a não conclusão do curso. Como destaca Bourdieu (1966), o capital cultural, transmitido principalmente por meio da família e do ambiente social, é crucial para o sucesso escolar. Estudantes que não possuem esse capital acumulado enfrentam dificuldades adicionais para se adaptar às exigências do ensino superior, especialmente em um contexto onde a escola pública, muitas vezes, não consegue suprir as lacunas deixadas por um sistema educacional desigual. A falta de recursos

financeiros e de suporte familiar ou institucional agrava essas dificuldades, criando barreiras que vão além do acesso à educação e atingem a permanência e o sucesso acadêmico.

Assim, mesmo programas como o ProUni, que ampliam o acesso ao ensino superior, não conseguem eliminar as desigualdades estruturais que afetam a permanência e o sucesso desses estudantes. Como apontam Barbosa e Gandin (2020), a expansão do acesso à educação não é suficiente para garantir a equidade, uma vez que as desigualdades se mantêm por meio de mecanismos qualitativos, como a qualidade da formação prévia e as condições materiais e simbólicas dos estudantes. A Estudante 7 relata como essas lacunas influenciaram diretamente sua preparação para o Enem e, posteriormente, seu desempenho no ensino superior:

No Enem, nem se fala. Eu fiz cursinho, eu fiz cursinho quando saí do ensino médio, fiz dois anos de cursinho. E aí eu cheguei lá. Esse foi meu ensino médio, porque se eu não tivesse feito, muita coisa eu não tinha visto. Não fazia ideia que existia. Física, então. Tudo que aprendi de física foi dentro do cursinho. É assim, nem foi um dos melhores porque também era de noite, não tinha muito tempo, o cursinho era muito bom, excelentes professores, mas era de noite, então assim, não tinha aquela coisa Bernoulli, Chromos, o dia todo o povo indo, não sei o que, não sei o que. Não era tanto assim (Depoimento da Estudante 7).

Esse esforço adicional para superar lacunas educacionais impacta diretamente a permanência no ensino superior. Como destaca Bourdieu (1966), a escola não é um espaço neutro, mas um campo onde as desigualdades sociais e culturais são reproduzidas. A Estudante 7, ao relatar a necessidade de buscar um cursinho para suprir as deficiências do ensino médio, ilustra como a falta de capital cultural acumulado na educação básica cria barreiras adicionais para estudantes de origens menos privilegiadas. Essas barreiras são ainda mais evidentes no ensino superior, onde o domínio de conhecimentos específicos, como matemática e português, é fundamental para o sucesso acadêmico. A Estudante 7 reflete sobre isso:

Afeta bastante, porque, assim, às vezes a gente não tem noção, quando tá na escola, do que realmente vai precisar na faculdade. Principalmente matemática e português. É, eu aprendi muito português fazendo redação, quando eu fazia cursinho, e matemática no cursinho também. Então, hoje em dia, tudo que eu preciso usar aqui em aula de contabilidade, aula de economia, dissertar um texto em direito ou administração, pega muito tema em geografia, história, a gente tá vendo muito isso. Se eu não soubesse, se eu não tivesse geografia e história no ensino médio e corrido atrás, não ia ser ninguém. [...] Então assim, eu tenho que correr atrás porque a escola pública deixou essa lacuna, principalmente por conta da pandemia (Depoimento da Estudante 7).

A fala da Estudante 7 evidencia como as lacunas deixadas pelo ensino público criam barreiras adicionais para estudantes de origens menos privilegiadas. Como discutem Barbosa

e Gandin (2020), as desigualdades educacionais não se limitam ao acesso, mas se estendem à permanência e ao sucesso no ensino superior, uma vez que os estudantes com menor capital cultural e financeiro enfrentam desafios adicionais para se adaptar às exigências acadêmicas. A necessidade de "correr atrás" para compensar essas lacunas reflete a persistência das desigualdades estruturais no sistema educacional, que são reproduzidas e legitimadas pela própria instituição escolar.

A defasagem no ensino de Matemática nas escolas públicas brasileiras têm impacto direto na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente daqueles que ingressam em cursos da área das Ciências Exatas. O Estudante 16, por exemplo, relata que passou quase três anos sem aulas adequadas de Matemática durante sua formação básica, o que exigiu um esforço extra para acompanhar os conteúdos na universidade. Essa realidade reflete um problema estrutural que compromete a qualidade da aprendizagem e se evidencia nos resultados de avaliações nacionais e internacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) (Azevedo *et al.*, 2024).

A pesquisa das autoras Azevedo *et al.* (2024) aponta que a formação docente desempenha um papel central nesse cenário. Muitos professores do ensino fundamental I, responsáveis pela introdução dos conceitos matemáticos básicos, possuem formação generalista, o que pode resultar em lacunas na abordagem do ensino da disciplina. Essa deficiência inicial tem consequências ao longo da trajetória escolar dos estudantes, dificultando sua progressão e compreensão de conteúdos mais complexos.

Além disso, os dados do PISA de 2022 revelam que 73% dos alunos brasileiros não atingiram o nível mínimo de proficiência matemática, demonstrando dificuldades em resolver problemas simples. No ensino médio, apenas 5% dos estudantes de escolas públicas demonstram aprendizagem adequada nessa área (Azevedo *et al.*, 2024). Esses números ressaltam a necessidade urgente de políticas educacionais voltadas à melhoria do ensino de Matemática, incluindo investimentos na formação continuada de professores e a adoção de metodologias inovadoras para tornar o aprendizado mais acessível e eficiente.

Esses relatos evidenciam como a defasagem educacional se reflete na formação acadêmica e profissional desses estudantes, exigindo um esforço contínuo e muitas vezes solitário para superar os desafios impostos por um sistema educacional desigual.

Ademais, o papel da família e da comunidade na formação educacional também merece destaque. Enquanto muitos estudantes de escolas privadas contam com o apoio ativo de suas famílias, seja na forma de acompanhamento das atividades escolares ou na oferta de

recursos adicionais, os alunos da rede pública frequentemente enfrentam contextos familiares mais vulneráveis, marcados por dificuldades econômicas e pela necessidade de contribuir com a renda familiar desde cedo. Essa realidade impacta diretamente o tempo e a energia disponíveis para os estudos, ampliando ainda mais o fosso entre os dois grupos.

4.2. Desigualdades de Acesso, Estágios e Perspectivas Profissionais: Um Olhar sobre a Estratificação Educacional.

A estratificação social afeta diretamente as oportunidades educacionais e profissionais dos indivíduos, influenciando desde o acesso ao ensino superior até as perspectivas de inserção no mercado de trabalho. No Brasil, o ensino superior historicamente tem sido um fator determinante na mobilidade social, funcionando tanto como um mecanismo de ascensão quanto de reprodução das desigualdades existentes (Carvalhoes; Ribeiro, 2019, p.195-196).

A entrada na universidade é um marco na trajetória de muitos jovens oriundos de famílias de baixa renda, especialmente aqueles beneficiados por políticas de acesso como o ProUni. Para compreender como essas desigualdades se manifestam, apresento as trajetórias de quatro estudantes bolsistas: Estudante 16 do curso A, Estudante 8 do curso D, Estudante 10 do curso E e a Estudante 2 do curso C.

O Estudante 16, 24 anos, é estudante do curso A e bolsista integral do ProUni. Sua jornada no ensino superior começou no segundo semestre de 2020, em meio à pandemia de COVID-19, o que fez com que seus três primeiros períodos fossem cursados de forma remota. Atualmente, está no sétimo período e próximo da regularidade total no curso, com apenas uma disciplina do quinto período em aberto. Sua previsão de formatura é no primeiro semestre de 2025, um prazo que considera dentro do esperado para sua realidade, já que no curso A *o anormal é a forma regular*.

Seu curso é noturno, uma escolha estratégica para conciliar os estudos com estágios e trabalho. Essa decisão também reflete a realidade da maioria dos seus colegas de turma, De acordo com o Estudante 16 cerca de 90% deles também são bolsistas do ProUni e enfrentam desafios semelhantes para se manter na universidade. A necessidade de equilibrar estudo e trabalho impõe um ritmo intenso, que ele reconhece como uma das principais dificuldades ao longo da graduação.

O Estudante 16 mora com sua mãe na região norte de Belo Horizonte e se desloca até a faculdade utilizando o metrô, um meio de transporte que facilita sua rotina. Sua trajetória acadêmica começou em outros campus da IES, no período da manhã, mas ao perceber que precisaria conciliar a faculdade com estágios, optou por uma transferência interna para o

campus que está atualmente, ingressando no período noturno. Essa mudança foi motivada por três fatores principais: a necessidade de trabalhar durante o dia, a proximidade do campus com empresas e a facilidade de acesso por transporte público.

O início do curso, durante a pandemia, trouxe desafios e oportunidades. Como estava em casa, conseguiu estabelecer uma rotina de estudos mais intensa, aproveitando o tempo livre para se dedicar ao aprendizado. No entanto, enfrentou dificuldades para compreender certos conteúdos devido a lacunas na sua formação escolar. O Estudante 16 estudou integralmente em escolas públicas e relata que, em algumas disciplinas, como Matemática, passou quase três anos sem aulas adequadas. Essa falta de base impacta diretamente sua experiência na universidade, exigindo um esforço extra para acompanhar os conteúdos.

A gente precisa voltar sempre aos assuntos, estudar mais do que aqueles que tiveram uma formação mais sólida em escolas particulares. Não era para ser assim, mas é uma realidade que se repete entre quem vem da escola pública (Depoimento do Estudante 16).

Apesar das dificuldades, ele reconhece que o ProUni representa uma oportunidade de superar essas barreiras e acessar o ensino superior. O Estudante 16 aponta que já pensou em desistir *em momentos de frustração, especialmente ao receber notas ruins*. No entanto, a motivação para continuar sempre supera as dificuldades. *Por mais que eu tenha problemas, obstáculos e desafios, eu me sinto edificado. Gosto do que faço e quero olhar para trás e ver que valeu a pena.*

Inicialmente, o Estudante 16 tinha o sonho de cursar o curso H, mas optou pelo curso A por ser uma área mais ampla, permitindo atuação em diversos setores, inclusive na aviação. Seu interesse pela área vem desde cedo, com curiosidade por motores e máquinas. Mesmo sabendo das dificuldades, especialmente devido à sua base matemática frágil, sempre se identificou com os cursos da área de Ciências Exatas, especialmente o curso A.

No aspecto familiar, ele conta com total apoio de sua mãe e de sua rede de apoio. *Todo mundo sabe que o estudo é minha prioridade. Ninguém me atrapalha, todo mundo incentiva. Isso ajuda muito a superar os obstáculos.*

Manter-se como bolsista do ProUni não é apenas uma questão de esforço acadêmico, mas também de desempenho. O Estudante 16 destaca a exigência dos 75% de aprovação como um desafio constante. *A gente precisa se dedicar muito para não perder a bolsa. Todo curso tem sua dificuldade, mas, para nós, é ainda mais desafiador garantir essa aprovação.*

Apesar disso, sua maior motivação para continuar é a perspectiva de um futuro mais estável e de poder trabalhar naquilo que gosta. *Quero ter mais estabilidade, poder ter minhas*

coisas, ajudar as pessoas que gosto e, principalmente, fazer algo que me satisfaça profissionalmente.

A história do Estudante 16 reflete as dificuldades e conquistas dos estudantes de baixa renda no ensino superior privado. Sua trajetória é marcada pelo esforço contínuo para superar desigualdades estruturais e pelo desejo de alcançar um futuro melhor.

A Estudante 8 tem 22 anos e está no oitavo período do curso D, com previsão de formatura para o segundo semestre de 2024. Bolsista integral do ProUni, começou a graduação em 2020, em meio à pandemia, e precisou se adaptar ao ensino remoto logo no início. Hoje, estuda no período noturno, uma escolha feita para conciliar a faculdade com os estágios que já realizou na área criminal.

Ao contrário de muitos de seus colegas de curso, que vêm de famílias com histórico acadêmico e influência na escolha da profissão, a Estudante 8 trilha um caminho diferente. Ela é a primeira da família a ingressar na universidade, e o apoio que recebe em casa independe do status ou da remuneração associada à profissão.

Minha família é um ponto fora da curva no meu curso, porque ninguém teve acesso à universidade. Então, independentemente do curso que eu escolhesse, eles ficariam felizes. Eu fiz um ano de pré-vestibular antes de entrar na faculdade, o que foi muito bom para pensar no que eu queria, mas sei que essa não é a realidade de muitos dos meus colegas. Tem gente que entra por causa de status, porque os pais falam que, se escolherem outra área, vão passar fome e não vão receber ajuda para pagar a faculdade. Graças a Deus, essa não é minha realidade, porque acho isso muito tóxico (Depoimento da Estudante 8).

No ensino médio, a Estudante 8 tinha dúvidas sobre qual caminho seguir. Durante um acompanhamento psicológico, sua terapeuta a ajudou a refletir sobre seus interesses e vocação.

Quando eu era mais nova, pensava em Medicina e Psicologia antes de considerar o curso D. Mas minha psicóloga me falou: 'Você gosta de ajudar as pessoas', e isso ficou na minha cabeça. Passei a pensar que, se fosse fazer algo, teria que ser algo em que eu me sentisse ajudando alguém diretamente. Hoje, meu sonho é trabalhar na Defensoria Pública (Depoimento da Estudante 8).

A escolha pelo curso D foi se consolidando conforme ela percebia sua habilidade para argumentação e falar em público, além do interesse crescente pela área criminal. Com experiências de estágio em delegacia e vara criminal, ela se vê cada vez mais certa do caminho que deseja seguir.

Eu aturo matérias que não têm nada a ver comigo justamente por causa desse amor que tenho pela área criminal. Sei mais ou menos o que quero, e, independentemente das outras matérias, botei na cabeça que preciso passar por isso para chegar onde quero (Depoimento da Estudante 8).

Se por um lado a Estudante 8 tem certeza de que fez a escolha certa, por outro, o futuro profissional é algo que ainda a preocupa.

Meu medo não é sobre se é isso que eu quero, porque eu tenho total segurança de que é. Meu medo, na realidade, é de não conseguir um emprego na área, de não me estabelecer. O curso D é um curso que exige tempo, estudo, preparação... então, meu receio é mais sobre o mercado de trabalho do que sobre minha escolha em si (Depoimento da Estudante 8).

A Estudante 8 mora perto da universidade, o que facilita sua rotina, principalmente por estudar à noite. Essa escolha foi feita para que pudesse consolidar sua experiência profissional enquanto ainda está na graduação, algo essencial para quem deseja ingressar na área criminal. Com determinação e um forte senso de propósito, a Estudante 8 encara o curso como um caminho para a transformação social e para sua realização pessoal. Seu sonho de atuar na Defensoria Pública reflete sua vontade de usar o curso D como ferramenta de justiça para quem mais precisa.

A Estudante 10 tem 22 anos e está no sexto período do curso do E, com previsão de formatura para junho de 2026. Estudante do turno da manhã e bolsista parcial do ProUni, ela divide sua rotina entre as aulas e o estágio na Santa Casa, onde tem a oportunidade de vivenciar na prática o dia a dia da profissão.

Quando ingressou na faculdade no segundo semestre de 2021, a Estudante 10 tinha um objetivo claro: queria fazer Medicina. No entanto, o curso A se tornou um caminho natural para ela, e, apesar do desejo de um dia cursar Medicina, ela desenvolveu um grande apreço pela profissão que escolheu.

Eu queria Medicina, mas faço o curso E e eu adoro esse curso. Ainda tenho intenção de fazer Medicina mais para frente, porque sou muito nova. Posso concluir até duas graduações, e acho que essa é a melhor coisa para mim (Depoimento da Estudante 10).

Para a Estudante 10, o curso E não é apenas um passo intermediário, mas uma experiência fundamental que pode transformar sua perspectiva caso decida seguir para a Medicina no futuro. Ao longo do curso, a Estudante 10 percebeu que sua formação no curso E pode lhe proporcionar um olhar mais humanizado e integrado sobre o trabalho na área da saúde. Ela critica a postura de muitos médicos em relação às outras categorias da equipe hospitalar e acredita que sua vivência na área da saúde será um diferencial caso ingresse na Medicina.

Com certeza, acho que abre uma visão bem maior para quando – se Deus quiser – eu conseguir fazer Medicina. Vou ter uma visão totalmente diferente da área, porque, infelizmente, a gente sabe como são os médicos de hoje em dia. Eles têm certeza de que são deuses e tratam muito mal as outras áreas que estão ali em volta deles. Acho que vou ter uma visão muito mais humanizada, mais certa do que é trabalhar em equipe, porque a

maioria dos médicos hoje em dia não sabe o que é isso (Depoimento da Estudante 10).

Essa consciência vem sendo construída tanto no ambiente acadêmico quanto no estágio, onde a Estudante 10 observa diariamente as dinâmicas hospitalares e a relação entre os profissionais de diferentes áreas. No início da faculdade, a Estudante 10 dependia do apoio financeiro do pai para cobrir os custos do transporte até a IES, deslocando-se de ônibus diariamente. Com o tempo, sua rotina de locomoção mudou: atualmente, ela vai para a faculdade de carona com o irmão e utiliza o cartão de transporte fornecido pelo estágio para retornar para casa.

Sua bolsa de 50% no ProUni ajuda a aliviar os custos da mensalidade, mas, como muitos estudantes de IES particulares, ela precisa equilibrar o estudo e trabalhar para se manter no curso. A Estudante 10 encara o curso E com dedicação e carinho, mas seu sonho de cursar Medicina ainda está presente. O curso atual não é apenas um trampolim, mas uma construção importante para a profissional que deseja se tornar. Com uma visão crítica e realista da área da saúde, ela pretende levar consigo uma abordagem mais humana e colaborativa para onde for. Seja como enfermeira ou, no futuro, como médica, a Estudante 10 tem um objetivo claro: transformar o ambiente hospitalar com um olhar mais empático e valorizador do trabalho em equipe.

A Estudante 2 tem 21 anos e está no quarto período do curso C, com bolsa integral do ProUni. Sua trajetória acadêmica começou no primeiro semestre de 2022, quando deixou sua cidade natal no interior de São Paulo, para morar em Minas Gerais. Aos 18 anos, casou-se e mudou-se para Vespasiano, onde viveu durante os três primeiros períodos da faculdade. No entanto, após o divórcio, optou por encontrar um novo estágio para assim conseguir se mudar para Belo Horizonte, onde atualmente mora sozinha.

A sala de aula da Estudante 2 reflete a desigualdade presente no ensino superior privado: dos 24 alunos, 19 são bolsistas do ProUni e apenas 5 são pagantes. Esses alunos pagantes, segundo a Estudante 2, têm um capital cultural mais elevado, adquirido principalmente por experiências como viagens internacionais, o que lhes permite uma participação mais aprofundada nas discussões acadêmicas. Essa diferença de repertório se reflete na dinâmica das aulas, tornando evidentes as desigualdades entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos.

A trajetória da Estudante 2 não foi apenas de mudanças geográficas, mas também de desafios pessoais. Durante os primeiros períodos do curso, a necessidade de conciliar trabalho

e estudos resultou em uma rotina exaustiva, levando-a a desenvolver problemas psicológicos por negligenciar sua saúde física e mental.

Essa sobrecarga começou ainda antes de entrar na faculdade. Quando decidiu fazer o curso C, cogitou o curso I como alternativa, pois o primeiro período desse curso era oferecido no turno da manhã, o que se encaixava melhor com seu antigo emprego na Americanas, onde trabalhava à tarde e à noite. No entanto, ao descobrir que apenas o primeiro período era matutino e que o restante das disciplinas seria no período da tarde, optou por seguir sua verdadeira vocação: *o curso C sempre foi minha primeira opção*. Para isso, teve que abrir mão do emprego e reorganizar sua vida para priorizar os estudos.

A Estudante 2 tem uma relação intensa com seu curso. *Nasci para isso. Perfeito. Me sinto muito bem, adoro. Tenho muito prazer de estar lá, por isso é uma das minhas prioridades continuar no curso, seja como for*. No entanto, sua visão sobre o futuro ainda está se moldando. Inicialmente focada na licenciatura, começou a se encantar pelo campo da pesquisa. Seu envolvimento na produção de artigos, especialmente um projeto atual no CEFET, despertou um novo interesse pelo universo acadêmico.

Nos últimos dias, estava escrevendo artigos e gostei de pesquisar, gostei de escrever. Penso nisso toda hora. Meu sonho ideal seria ter tanto a licenciatura quanto o bacharelado, mas, por enquanto, continuo na licenciatura. E, se for o caso, depois faço um mestrado (Depoimento da Estudante 2).

Mais do que uma escolha acadêmica, a graduação no curso de C representa para Estudante 2 a possibilidade de construir uma carreira sólida e fugir da instabilidade dos empregos informais. *Quero ser professora e acho que essa é a maneira de não ficar presa a subempregos como antes. Trabalhar em shopping e empregos temporários não é para a vida toda. É muito ruim*.

Além da busca por estabilidade financeira, há um peso simbólico importante na sua trajetória universitária: a Estudante 2 é a primeira pessoa de sua família a cursar uma faculdade. *Sou o motivo de orgulho dos parentes distantes, mesmo que eles não ajudem em nada. Mas eu quero ver e mostrar que consegui. Quero ter essa conquista para mim*.

A história da Estudante 2 reflete os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda no ensino superior, mas também a resiliência de quem vê na educação uma ferramenta de transformação social e pessoal. Entre dificuldades e descobertas, ela segue construindo seu caminho, determinada a transformar seu amor pelo curso C em um futuro mais seguro e significativo.

As trajetórias dos estudantes bolsistas do ProUni, como as descritas anteriormente, ilustram de forma concreta como a estratificação social e as desigualdades socioeconômicas influenciam o acesso e a permanência no ensino superior. Essas histórias refletem não apenas os desafios individuais enfrentados por cada um, mas também os mecanismos estruturais que perpetuam as desigualdades educacionais. Para compreender melhor esses fenômenos, é fundamental recorrer às contribuições teóricas de Guimarães (2010) e Mare (1980, 1981), que analisam a relação entre origem social, trajetória educacional e mobilidade social.

Guimarães (2010) propõe cinco hipóteses centrais para entender como as condições socioeconômicas das famílias impactam a trajetória educacional dos indivíduos. A *hipótese econômica*, por exemplo, ajuda a explicar por que estudantes como o Estudante 16 e a Estudante 2 precisam conciliar trabalho e estudos, muitas vezes em condições desfavoráveis. A falta de recursos financeiros para cobrir despesas educacionais e o custo de oportunidade associado à dedicação exclusiva aos estudos são barreiras que afetam diretamente a permanência e o desempenho desses estudantes. No caso do Estudante 16, a necessidade de trabalhar durante o dia e estudar à noite reflete a pressão econômica enfrentada por sua família, que, apesar de apoiá-lo, não dispõe de recursos suficientes para garantir sua dedicação integral aos estudos.

A *hipótese do capital cultural* também se faz presente nas trajetórias descritas. A Estudante 8, por exemplo, é a primeira da família a ingressar na universidade, o que significa que ela não conta com o mesmo repertório cultural e acadêmico que muitos de seus colegas, cujos pais têm maior escolaridade e familiaridade com o ambiente universitário. Essa diferença de capital cultural se reflete na dinâmica das aulas e na participação acadêmica, como observado na sala da Estudante 2, onde os alunos pagantes, com maior capital cultural, tendem a dominar as discussões.

A *hipótese do capital social* também é relevante, especialmente no caso da Estudante 10, que conta com o apoio da família para se manter na universidade, mesmo enfrentando dificuldades financeiras. O suporte familiar, aliado à sua determinação, tem sido fundamental para sua permanência no curso. Por outro lado, a ausência de uma rede de apoio sólida poderia agravar as dificuldades enfrentadas por estudantes em situações semelhantes.

Já a *hipótese da diluição* e a *hipótese da rivalidade* entre os filhos ajudam a entender como a distribuição de recursos dentro das famílias pode influenciar as oportunidades educacionais. Em famílias numerosas ou com recursos limitados, como no caso do Estudante 16, o investimento na educação de um filho pode exigir sacrifícios significativos, tanto financeiros quanto emocionais, o que pode limitar as chances de sucesso acadêmico.

Por sua vez, a teoria de Mare (1980, 1981) oferece uma perspectiva complementar ao analisar o processo de escolarização como uma sequência de transições entre níveis educacionais. Mare (1980, 1981) propõe que a origem socioeconômica afeta de forma variada as chances de progressão no sistema escolar, desde o acesso ao ensino fundamental até a conclusão do ensino superior. No contexto brasileiro, a expansão do ensino superior por meio de políticas como o ProUni e o FIES reduziu algumas barreiras econômicas ao acesso, como observado nas trajetórias dos estudantes bolsistas. No entanto, como destacado por Mare (1980, 1981), a expansão do acesso não garante, por si só, a equidade na permanência e no sucesso acadêmico.

A história do Estudante 16, por exemplo, ilustra como a expansão do acesso ao ensino superior não elimina as desigualdades estruturais. Apesar de ter ingressado na universidade por meio do ProUni, ele enfrenta desafios relacionados à sua formação escolar precária, que exigem um esforço adicional para acompanhar os conteúdos universitários. Da mesma forma, a Estudante 2, embora tenha conquistado uma bolsa integral, precisa conciliar estudos e trabalho, o que impacta sua saúde física e mental. Esses casos evidenciam que, mesmo com a redução das barreiras econômicas ao acesso, às desigualdades socioeconômicas continuam a influenciar a trajetória educacional dos estudantes.

Portanto, as teorias de Guimarães (2010) e Mare (1980, 1981) permitem uma análise mais aprofundada das trajetórias dos estudantes bolsistas, destacando como a origem social e as condições socioeconômicas moldam suas experiências no ensino superior. Essas perspectivas teóricas reforçam a importância de políticas públicas que não apenas ampliem o acesso, mas também garantam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes de baixa renda.

As trajetórias dos estudantes bolsistas do ProUni, como as descritas anteriormente, não apenas ilustram os desafios enfrentados no acesso e na permanência no ensino superior, mas também evidenciam as desigualdades que se perpetuam no mercado de trabalho. O estudo das disparidades de remuneração e oportunidades em função dos cursos universitários revela aspectos fundamentais das desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade contemporânea. A análise dos relatos dos entrevistados, estudantes de diferentes áreas, permite uma compreensão mais profunda das nuances dessas disparidades e de como elas se manifestam no contexto educacional e profissional.

Ao analisar os diferentes cursos e as oportunidades percebidas pelos entrevistados, os resultados da pesquisa indicam que cursos considerados elitizados, como o curso A e D, possibilitam maiores oportunidades de estágio e remuneração. O Estudante 16, do curso A,

relata que a remuneração de estágio em sua área varia entre mil e trezentos reais e mil e quinhentos reais. No entanto, ele menciona que algumas empresas oferecem valores superiores a essa faixa, ultrapassando os valores típicos de estágio para o curso A.

olha eu vejo que a remuneração tanto de estágio também de CLT né, ela para essa área é boa, não posso falar que é ruim não, na faixa de um salário-mínimo ali entre mil e trezentos, mil e quinhentos reais, algumas empresas paga um pouco mais né, mas a maioria está dentro dessa faixa (Depoimento do Estudante 16).

Em relação ao curso D, a Estudante 8, relata que a remuneração média para seis horas trabalhadas é de mil e duzentos reais. Além disso, ela levanta que, pelo desgaste e nível de trabalho, não se sente valorizada, justificando que a carga horária dedicada ao estágio não se limita às seis horas trabalhadas, pois há o tempo gasto no transporte público para chegada e saída do estágio, fora as quatro horas de aulas por dia, totalizando uma carga horária de mais de dez horas fora de casa. Portanto, ao contabilizar todo esse trajeto e as horas dedicadas, a remuneração do estágio é bem abaixo do que seria necessário. Ademais, a dedicação aos estudos fica prejudicada por estar sobrecarregada e cansada.

trabalhar seis horas por dia a faixa é mil e duzentos reais assim, que é o valor do tribunal de justiça, só que eu acho que pelo desgaste, pelo nível de trabalho eu não acho que isso é valorizado, que isso valoriza sabe, mais isso é bem variável, por exemplo tem empresa, tipo banco que paga muito bem só que é muito difícil de entrar, mas tem escritório né, que pagam o melhor assim, mas eu acho que pela carga de trabalho deveria ser mais bem valorizado, eu acho que poderia ser melhor sabe, por conta da carga, porque não e só seis horas, você tem o transporte você tem mais 4 horas de curso que você vai ficar fora da sua casa sabe (Depoimento da Estudante 8).

Quando analisamos cursos que não possuem o mesmo prestígio social dos mencionados acima, é evidente que os alunos terão menos oportunidades de estágios bem remunerados, resultando em remuneração inferior em comparação com cursos de alto retorno. Isso é exemplificado pelo relato da Estudante 10, bolsista, estudante do curso E, que, apesar de ter conseguido um estágio melhor do que outros colegas de mil reais com vale transporte incluso, ainda enfrenta desafios relacionados à remuneração. Ela menciona que hospitais com grande prestígio oferecem estágios de quinhentos reais.

Tipo assim, pelo menos na nossa área tem muito estagio sabe, só que essa em questão de remuneração também eu acho que, eu dei sorte porque eu tô fazendo estágio agora na Santa Casa, a santa casa paga bem, assim bem a medida do possível né, pois acho que poderia ser mais, estava vendo esses dias aí, uma vaga de engenharia civil, estágio em engenharia civil que tava pagando quase dois mil reais, aí vai no meu curso lá tem hospital, por exemplo, hospital da baleia, que você pensa assim, hospital bom pra caramba para você estudar e ter experiência, só que eles pagam quinhentos reais, aí imagina quinhentos reais, para você ir estagiar em um estágio que faz função de técnico (Depoimento da Estudante 10).

A análise das disparidades entre os cursos também revela diferenças significativas em relação ao prestígio e à remuneração dos estágios oferecidos. Essa desigualdade é especialmente evidente em áreas como a Educação, onde os estudantes frequentemente enfrentam desafios financeiros mais intensos. Um exemplo ilustrativo é o caso da Estudante 2, do curso de C, que, apesar de receber uma bolsa do PIBID (atualmente no valor de R\$700), ainda precisa complementar sua renda com outros trabalhos para garantir o básico para sua subsistência.

Na parte da minha sala que são prouni são pibidianos, e a bolsa aumentou, tá setecentos agora, já é uma boa né, mas a maior parte dos meus colegas prounistas tem que conciliar dois estágios que é meu caso também, então faz PIBID e concilia com outro, e vai dando esse jeito para continuar né (Depoimento da Estudante 2).

Além disso, a oportunidade de escolher onde e como estagiar é outra questão que aprofunda as disparidades entre os estudantes. Muitos alunos, como a Estudante 2, precisam se desdobrar em dois estágios, o que não é apenas uma realidade isolada, mas algo recorrente entre seus colegas de curso. Essa sobrecarga compromete significativamente a vivência acadêmica plena. A Estudante 2 compartilha que, devido à necessidade de conciliar múltiplos estágios, não consegue aproveitar as atividades extracurriculares e esportivas oferecidas pela IES. Essas atividades, que poderiam complementar sua formação além das disciplinas obrigatórias, ficam inviabilizadas por conta da rotina intensa de trabalho. Como ela explica:

é, os meus amigos, e eu percebo né, os meus amigos que moram com os pais, que tem pai e mãe estruturado, consegue ter um estágio e conciliar com a faculdade e pegar outras coisas, um grupo de estudo, participar da atlética. Agora meus amigos como eu que moro sozinha e outros que moram sozinhos, aí não consegue participar dessas coisas que a faculdade hoje oferece como extensão, porque querendo ou não tenho que estar nesses estágios que pagam melhor né (Depoimento da Estudante 2).

Quando o estudante tem a possibilidade de escolha e conhece a média de remuneração e as condições dos chamados “bons estágios” oferecidos em cursos como os mencionados anteriormente, ele pode ponderar entre priorizar o rendimento acadêmico ou as demandas profissionais. Um exemplo que ilustra essa realidade é o caso da Estudante 8, do curso D, que atualmente valoriza mais sua qualidade de vida do que apenas a remuneração do estágio. A Estudante 8 opta por oportunidades que permitam um melhor equilíbrio entre trabalho e estudos, possibilitando uma vivência acadêmica mais enriquecedora e menos exaustiva.

antes eu procurava muito o estágio pela remuneração, hoje em dia não, hoje eu procuro mais pela minha, eu prezo mais pela minha qualidade de vida então se for um estágio home office ou se for estágio de quatro horas, pra mim conseguir conciliar minha faculdade porque, igual por exemplo eu tive que sair do meu último estágio porque eu não estava dando conta, eu tava fazendo uma matéria de manhã para repor e tava trabalhando a tarde e tava indo para faculdade a noite, então tinha dias da semana que eu saía às oito e

voltada às vezes assim, eu ficava muito, muito cansada (*Depoimento da Estudante 8*).

Essa comparação reafirma a análise de Carvalhaes e Ribeiro (2019), que destacam as diferenças no acesso a estágios e remuneração entre cursos considerados elitistas e aqueles de menor prestígio, perpetuando desvantagens estruturais entre grupos sociais. Segundo os autores, estudantes dos cursos A e D, geralmente classificados como curso de alto retorno, têm maior acesso a estágios bem remunerados e com melhores condições de trabalho. Por outro lado, alunos dos cursos C e E frequentemente encontram estágios com remuneração mais modesta e condições menos favoráveis, apesar das altas demandas de comprometimento e responsabilidade

Assim, a análise das disparidades nas oportunidades de estágio é fundamental para compreender a perpetuação das desigualdades no mercado de trabalho, mesmo em um contexto de ampliação do acesso ao ensino superior. Essa compreensão ressalta a importância de políticas públicas mais abrangentes e eficazes, capazes de promover uma distribuição equitativa das oportunidades educacionais e profissionais, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas em nossa sociedade.

4.3. Além do acesso: A permanência como desafio no ensino superior brasileiro

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido historicamente um dos principais desafios para a inclusão social e a democratização da educação. Programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2004, surgiram como uma resposta crucial à necessidade de ampliar as oportunidades de ingresso para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. No entanto, a conquista de uma vaga não é suficiente para garantir o sucesso acadêmico. A permanência no curso apresenta-se como um desafio ainda mais complexo, pois envolve a manutenção de condições financeiras e estruturais mínimas para acompanhar as demandas acadêmicas e concluir a graduação (Renk e Bordini, 2019).

Os relatos dos estudantes evidenciam as dificuldades enfrentadas no cotidiano acadêmico. A Estudante 13, do curso F, destaca que a permanência só é possível com uma rede de apoio, seja da família ou de colegas, já que os desafios financeiros são constantes:

Eu acho que sozinho é impossível no curso F. Se você não tiver um apoio da sua família ou até mesmo dos colegas. [...] já aconteceu de um colega fazer matéria e depois não ter material para fazer o semestre seguinte. Minha mãe trabalha como empregada doméstica, e lá em casa somos eu e meu irmão estudando, ele também como prounista 100%. Nunca pudemos ter um emprego de carteira assinada o dia inteiro, porque não dá para conciliar (*Depoimento Estudante 13*).

Esse depoimento ilustra a hipótese econômica discutida por Guimarães (2010), que aponta as dificuldades enfrentadas por famílias de baixa renda na manutenção dos estudos dos filhos. Além da questão financeira, a falta de capital cultural também se mostra determinante na trajetória acadêmica dos estudantes. A escolarização dos pais, por exemplo, pode influenciar diretamente na adaptação e no desempenho universitário dos filhos. A Estudante 13 reforça esse ponto ao relatar que, apesar de sua mãe não ter tido oportunidade de estudar, sempre incentivou a educação como único caminho para melhorar de vida:

Minha mãe não teve possibilidade de estudar, trabalhou desde criança. Ela sempre falou comigo: 'Você só vai conseguir vencer se for através do estudo'. Eu ficava cansada, mas pensava que minha mãe ficava muito mais cansada do que eu (Depoimento Estudante 13).

A desigualdade social se reflete diretamente na permanência dos estudantes no ensino superior. Senkevics, Carvalhaes e Ribeiro (2022) discutem essa questão ao analisar o impacto do Nível Socioeconômico (NSE) no percurso acadêmico dos alunos. De acordo com os autores, estudantes com NSE elevado acumulam vantagens ao longo da vida que facilitam o acesso e a permanência na universidade. Por outro lado, estudantes de classes menos favorecidas, mesmo após ingressarem no ensino superior, continuam enfrentando dificuldades estruturais e financeiras que comprometem sua trajetória acadêmica.

Essa realidade fica evidente nos depoimentos dos entrevistados. A Estudante 13 menciona os custos elevados de materiais específicos como um dos maiores obstáculos no curso F:

Eu acho que no curso F o principal é o material, que é muito caro, e assim, mesmo a gente tendo a bolsa não tem nenhum outro auxílio em relação a isso. Então tem que se virar para conseguir comprar o material, e não tem como pegar emprestado de colegas. No meu caso, tive sorte porque moro em Nova Lima e minha cidade dá transporte para quem tem ProUni na universidade. Então gera um gasto a menos (Depoimento da Estudante 13).

Além dos altos custos diretos, a falta de apoio financeiro impacta a progressão acadêmica dos estudantes, levando, em alguns casos, ao adiamento de disciplinas e ao prolongamento do tempo de graduação. A mesma Estudante relata que precisou trancar matérias devido ao custo dos materiais:

Depende do período, mas os preços variam. Tem semestre que fica em torno de três mil, mas já teve um que foi para quatro mil. No meu caso, eu atrasei um semestre. Era para eu ter formado no semestre passado, mas teve um período que ficou muito caro e eu deixei de fazer uma disciplina. Isso acabou me travando em outras, porque ia ficar uns seis mil, aí preferi deixar para o semestre seguinte (Depoimento Estudante 13).

Esse tipo de obstáculo demonstra como a democratização do acesso ao ensino superior não é suficiente para garantir que os estudantes concluam seus cursos. Enquanto as universidades públicas contam com políticas de assistência estudantil regulamentadas pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que oferecem auxílios para alimentação, transporte e moradia (BRASIL, 2010), os bolsistas do ProUni não dispõem de suporte equivalente.

A ausência de políticas estruturadas para a permanência dos estudantes em IES privadas cria uma desigualdade dentro do próprio sistema de ensino superior. A Estudante 7, do curso B, evidencia essa disparidade ao comparar sua realidade com a de colegas de universidades públicas:

Se não fosse o ProUni, eu não estaria aqui. Minha mãe não tem condições de me ajudar financeiramente, então eu trabalho, ajudo em casa e o resto vai para a faculdade. Precisamos pagar transporte, lanche, material. Enquanto isso, na federal, meus amigos pagam R\$ 3,00 no bandeirão, têm bolsa para moradia, para transporte. A gente tem que dar um jeito (Depoimento Estudante 7).

A pressão financeira não afeta apenas a rotina acadêmica, mas também a saúde mental dos estudantes. O Estudante 18, do curso A, relata as dificuldades de conciliar trabalho e estudos e como isso afetou sua saúde emocional:

Meu computador antigo não rodava os programas necessários, então tive que trocar. Isso foi um gasto significativo. Além disso, trabalhar e estudar é muito difícil. Já tive crises de ansiedade e precisei começar terapia. A pressão é algo surreal (Depoimento Estudante 18).

Esses relatos evidenciam que a falta de suporte adicional aos bolsistas do ProUni está enraizada em uma visão fragmentada das políticas educacionais brasileiras. O programa focou no acesso, sem considerar que a permanência também exige investimentos significativos. Apesar de as IES privadas que participam do programa receberem isenção fiscal, elas não são obrigadas a oferecer programas de assistência estudantil semelhantes aos das universidades públicas. Essa falta de regulamentação gera uma disparidade estrutural entre os dois sistemas, o que acaba penalizando os estudantes de baixa renda que optam por estudar em instituições privadas, muitas vezes com o apoio de bolsas do ProUni ou financiamento por meio do FIES..

Diante desse cenário, torna-se fundamental repensar as políticas públicas voltadas à permanência estudantil. A inclusão educacional não deve se limitar ao ingresso na universidade, mas garantir que os estudantes tenham condições reais de concluir seus cursos. Como apontam os relatos, o ProUni, apesar de ser um avanço na democratização do ensino superior, ainda deixa lacunas significativas no suporte aos estudantes.

Os bolsistas do ProUni destacam que, sem um apoio financeiro mais estruturado, muitos acabam mais vulneráveis à não permanência, não por falta de mérito ou esforço, mas devido a barreiras que poderiam ser evitadas com políticas bem direcionadas. Investir na permanência estudantil não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia essencial para o desenvolvimento econômico e humano do país. Garantir que esses estudantes concluam seus cursos e possam se inserir no mercado de trabalho é fundamental para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

É urgente transformar o ProUni em uma política pública mais abrangente, que não se limite a garantir o acesso ao ensino superior, mas que também assegure condições efetivas para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. A educação deve ser um instrumento de transformação e ascensão social, e não um caminho marcado por obstáculos que inviabilizam a trajetória daqueles que mais dependem dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (ProUni), focando em aspectos que afetam sua permanência e conclusão do ensino superior privado. A partir da análise de entrevistas realizadas com 27 estudantes bolsistas, foi possível identificar três principais categorias que estruturam as dificuldades enfrentadas: dificuldades financeiras, apoio institucional e aspectos pessoais e sociais.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que, apesar da ampliação do acesso ao ensino superior proporcionada pelo ProUni, a permanência dos bolsistas ainda enfrenta entraves significativos. A falta de recursos financeiros para transporte, alimentação e, principalmente, materiais acadêmicos, representa um dos principais obstáculos para os estudantes. No caso do curso F, por exemplo, os altos investimentos em insumos específicos tornam a permanência ainda mais desafiadora para aqueles que não possuem rede de apoio financeiro.

Outro fator relevante é a oferta limitada de suporte institucional. Embora a universidade ofereça monitorias e atendimento psicopedagógico, muitos entrevistados relataram que essas iniciativas são insuficientes para atender às demandas específicas dos bolsistas. A falta de políticas de assistência estudantil mais abrangentes impacta diretamente a experiência acadêmica desses alunos, tornando a jornada universitária mais complexa e, em alguns casos, inviável.

Além disso, os aspectos pessoais e sociais desempenham um papel crucial na permanência acadêmica. Muitos bolsistas relataram dificuldades em conciliar trabalho e estudo, dado que a necessidade de gerar renda muitas vezes compromete seu desempenho acadêmico. Além disso, as diferenças nas trajetórias escolares anteriores, especialmente entre egressos do ensino público e privado, impactam a adaptação dos alunos ao ambiente universitário. A defasagem do ensino básico, apontada por diversos participantes, contribui para a desigualdade no acompanhamento das disciplinas, gerando um ciclo de dificuldades que reforça a estratificação educacional.

A análise também demonstrou que a ausência de um suporte institucional mais robusto reflete a priorização do ensino superior privado como uma alternativa de mercado, na qual a permanência estudantil é frequentemente tratada como uma responsabilidade individual, e não como um compromisso coletivo. Muitos bolsistas relataram sentimentos de frustração e isolamento diante da falta de respaldo adequado para suas dificuldades dentro das instituições, o que compromete não apenas seu desempenho acadêmico, mas também sua saúde emocional e motivação para concluir o curso.

Ao considerar esses elementos, fica evidente que o ProUni, apesar de seu papel fundamental na democratização do acesso à educação superior, necessita de políticas complementares que garantam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. No entanto, é essencial destacar que a responsabilidade pela permanência dos estudantes ProUnistas recai, sobretudo, sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), e não sobre o governo federal. O governo, ao conceber o ProUni, visou ampliar o acesso ao ensino superior privado sem acarretar custos adicionais para o orçamento público, garantindo a manutenção da responsabilidade fiscal e utilizando as vagas ociosas das universidades privadas.

Compreender como o prestígio social dos cursos e as análises de custo-benefício influenciam as escolhas e trajetórias dos estudantes no ensino superior é fundamental para enfrentar as desigualdades estruturais que perpetuam a desistência. O ProUni representa um avanço significativo ao ampliar o acesso a cursos de maior prestígio e retorno financeiro, historicamente dominados por estudantes de classes mais favorecidas. No entanto, a falta de investimentos adequados em infraestrutura, materiais e políticas de permanência para cursos com diferentes retornos econômicos, tanto os de menor quanto os de maior rentabilidade, intensifica as disparidades e dificulta a continuidade dos estudos para alunos de baixa renda.

Outro aspecto relevante é a ampliação do suporte psicológico e pedagógico dentro das universidades privadas. A IES analisada, por exemplo, já dispõe de um serviço de apoio psicológico para seus alunos, o que representa um diferencial importante. No entanto, não há informações concretas sobre a existência desse suporte em todas as instituições privadas que participam do ProUni, o que gera desigualdades na assistência prestada. A implementação de políticas que garantam esse tipo de apoio de forma ampla seria essencial para atender às demandas dos bolsistas e minimizar os impactos das dificuldades emocionais e financeiras em sua trajetória acadêmica. O impacto dessas dificuldades na permanência universitária é recorrente nos relatos dos bolsistas. Nesse sentido, programas de acolhimento e orientação, bem como iniciativas voltadas à promoção da saúde mental, seriam estratégias importantes para reduzir as chances de evasão e melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para reverter esse cenário, as IES privadas devem assumir um compromisso mais efetivo com a permanência dos bolsistas. Algumas ações necessárias incluem:

- Oferta de cursos em horários mais flexíveis, permitindo que os estudantes consigam melhores oportunidades de estágio e emprego.
- Estabelecimento de parcerias com fabricantes de materiais hospitalares para viabilizar descontos na compra de materiais necessários para cursos da área da saúde.

- Criação de programas de alimentação subsidiada dentro das universidades privadas, oferecendo refeições a preços reduzidos para bolsistas do ProUni e FIES.
- Desenvolvimento de centros pedagógicos semelhantes aos das universidades federais, auxiliando mães estudantes a conciliar a vida acadêmica com a maternidade e garantindo infraestrutura adequada para a realização de aulas práticas, especialmente para aqueles que se dedicam à docência.
- Ajuste da carga horária dos cursos integrais para se adequar à resolução do MEC, permitindo que bolsistas 100% ProUni recebam auxílios governamentais.
- Ampliação da oferta de estágios remunerados em parceria com o setor público e privado, criando condições para que os estudantes conciliem formação acadêmica e sustento financeiro.
- Implementação de programas de mentoria acadêmica e tutoria para estudantes ProUnistas, visando minimizar as dificuldades de adaptação e desempenho acadêmico.

Do ponto de vista governamental, também são necessárias políticas complementares, tais como:

- Criação de um programa federal de passe livre estudantil para alunos do ensino superior que utilizam programas federais como ProUni e FIES.
- Expansão do programa Pé-de-Meia para estudantes bolsistas 100% ProUni, garantindo um suporte financeiro adicional.
- Regulação mais rigorosa para que as universidades privadas que aderem ao ProUni implementem medidas efetivas de permanência estudantil, garantindo a equidade entre ensino superior público e privado.

Por fim, é imprescindível que as universidades privadas que participam do ProUni assumam um compromisso mais efetivo com a permanência dos bolsistas, adotando estratégias que vão além da simples oferta de bolsas. A criação de núcleos de apoio ao estudante e o fortalecimento de parcerias com empresas para garantir oportunidades de estágio, como ocorre no programa da IES analisada, são ações que auxiliam os estudantes na inserção no mercado de trabalho e no desenvolvimento profissional. Programas semelhantes poderiam ser ampliados para outras instituições privadas que recebem bolsistas do ProUni, criando redes de apoio mais estruturadas para facilitar a transição do ensino superior para o mercado de trabalho. Além disso, a flexibilização de currículos para contemplar a realidade socioeconômica dos bolsistas é uma medida que pode fazer a diferença na trajetória desses alunos.

O ensino superior representa uma oportunidade de ascensão social para muitos estudantes de baixa renda, sendo essencial que as políticas de educação não apenas garantam o acesso, mas também promovam condições para que esses alunos concluam sua formação. As mudanças propostas não só reduziriam a probabilidade de evasão, mas também garantiriam que os estudantes tenham condições adequadas para se desenvolverem acadêmica e profissionalmente, transformando suas trajetórias e contribuindo para um ensino superior mais justo e inclusivo.

A presente investigação não se configura como inédita, uma vez que diversos autores vêm dedicando-se ao estudo dessa temática desde a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), destacando suas limitações e as lacunas existentes no que diz respeito à garantia da permanência estudantil no ensino superior privado. Desde a implementação do ProUni, pesquisadores têm analisado as fragilidades do programa e seus desafios em assegurar a continuidade dos estudantes no âmbito do ensino superior privado. Estudos pioneiros, como os de Carvalho (2006), já apontavam que, embora o ProUni represente um avanço significativo no acesso à educação superior, ele não garante a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes beneficiados. Essa problemática persiste mesmo após quase duas décadas de existência do programa, conforme evidenciado por pesquisas mais recentes, como as de Renk e Bordini (2019), que destacam as dificuldades financeiras e institucionais enfrentadas pelos bolsistas.

A presente pesquisa contribui para o debate acadêmico ao enfatizar que a análise do ensino superior deve ir além do acesso, abordando também a permanência e a conclusão dos cursos. Para aprofundar essa compreensão, é fundamental considerar a teoria da integração acadêmica de Tinto (1975), que afirma que a permanência de um estudante no ensino superior está diretamente relacionada à sua integração social e acadêmica na instituição. Segundo Tinto (1975), quanto mais o estudante se integra à vida acadêmica e social da universidade, maiores são suas chances de sucesso. No entanto, os bolsistas do ProUni enfrentam desafios significativos, como dificuldades de acesso ao suporte institucional e a sobrecarga de trabalho, que dificultam sua plena integração. Esses obstáculos podem contribuir para um aumento na evasão e no insucesso acadêmico entre esses estudantes.

Além disso, a teoria de Bourdieu (1966) sobre o capital social e cultural se revela crucial para compreender as barreiras enfrentadas pelos bolsistas do ProUni. Bourdieu (1966) argumenta que a educação não se limita ao acesso ao conhecimento, mas também ao acesso a recursos sociais e culturais que facilitam a adaptação e o sucesso acadêmico. No caso dos bolsistas, aqueles que provêm de famílias com menos capital social, ou seja, sem redes de

apoio que ofereçam acesso a informações, estágios ou contatos profissionais, enfrentam maiores dificuldades para se adaptar ao ambiente universitário. O capital cultural, que se refere ao conhecimento e valores adquiridos ao longo da educação básica, também coloca esses estudantes em desvantagem, especialmente quando comparados aos alunos de escolas privadas, cujas formações são muitas vezes mais preparadas para o ensino superior.

Nesse sentido, embora o ProUni tenha ampliado o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, ele não garante equidade nas condições de permanência, já que as desigualdades de capital social e cultural impactam diretamente a trajetória acadêmica desses alunos. Portanto, esta pesquisa se alinha a outros estudos que não apenas diagnosticam as limitações do ProUni, mas também sugerem estratégias para superar os desafios enfrentados pelos estudantes beneficiários desse programa, com foco na sua permanência e conclusão do ensino superior. A implementação de políticas públicas que ampliem o apoio institucional e financeiro aos bolsistas é essencial para garantir que esses estudantes não apenas ingressem na universidade, mas possam concluir seus cursos com sucesso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F.; ERNICA, Mauricio. Inclusão e segmentação social no ensino superior público no estado de São Paulo (1990-2012). *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 130, p. 63-83, jan.-mar. 2015.

ALMEIDA NETO, Manoel de. Novos atores no ensino superior brasileiro: impactos do perfil socioeconômico e das condições pós-ingresso sobre o fluxo escolar e inserção profissional de estudantes de ciências sociais de uma instituição privada. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte - 2015..

AMARAL, N.C. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. 31a. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, MG, 19-22 out. 2008.

BARBOSA, M. L. de O.; GANDIN, L. A. Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, n. 91, p. 1–38, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L__1977._Analise_de_conteudo._Lisboa_edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf>. Acesso em: 22/03/2024.

BARROS, Aparecida S. X. (2015). Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, 36(131), 361-390. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação/ Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores)*. 9 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 27 janeiro 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm.> Acesso em: 03 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil 2020-2024. Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.010, de 25 de maio de 2008. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, 2008.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. *Educar Em Revista*, n. 28, p. 125–140, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>.

CARVALHAES, FLAVIO; RIBEIRO, CARLOS ANTONIO COSTA. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *TEMPO SOCIAL (ONLINE)*, v. 31, p. 195-233, 2019.

CARVALHO, C. H. A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior. *Campinas, Educ. & Soc*, v. 27, n. 96, especial, outubro, p. 979-1000, 2006b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PWLcgtgCgvYP9tXx6NPfsHf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 Fev. 2023.

CARVALHO, Cristina H. A., LOPREATO, Francisco L. C. Finanças públicas, renúncia fiscal e o Prouni no governo Lula Impulso, *Piracicaba*, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio-ago. 2005.

COSTA RIBEIRO, C. A.; SCHLEGEL, R. (2015), “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010)”. 39º Encontro Anual da ANPOCS.

CREPALDE, Neylon João Batista Filho; SILVEIRA, Leonardo Souza. Desempenho universitário no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 7, p. 213-234, jan./jun. 2016.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera da Silva e ALLIS, Thiago. “Por uma teoria social on the move”. *Tempo Social*, vol. 30, n. 2: 1-16, 2018.

GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. De onde vim e até onde vou: uma análise preliminar da desigualdade socioeconômica e entrada no Ensino Superior brasileiro / Raquel Rangel de Meireles Guimarães; Gilvan Ramalho Guedes; Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

JIRÓN, Paola e MANSILLA, Pablo. Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile. *Revista de Geografía Norte Grande* 56, p. 53-74, 2013.

KNOP, Márcia; COLLARES, Ana Cristina Murta, A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 2, Maio/Agosto 2019*.

LUCAS, S. R. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, p. 1642-1690, 2001.

MANCEBO, Deise. “Universidade para todos”: a privatização em questão Pro-Posições, v. 15, n. 3 (45), set.-dez. 2004, p. 75-90

MARE, R. Social background and school continuation decisions. *Journal of the American Statistical Association*, v. 75, n. 370, p. 295–305, jun 1980.

MARE, R. Change and stability in educational stratification. *American Sociological Review*, v. 46, n. 1, p. 72–87, Fevereiro 1981.

MARTINS, Carlos B. (2009). Reforma universitária de 1968 e a abertura para o setor privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30(106). 15-35. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>.

MASSEY, Doreen (2013). *Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 31-50.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Bolsa Permanência (PBP) e Programa Bolsa Permanência para o Prouni (PBP-Prouni). Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/mec-destinou-r-129-milhoes-em-bolsas-de-janeiro-a-abril>. Acesso em: 20 fevereiro. 2025.

NERI, M. *O retorno da educação no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Educacionais/Fundação Getúlio Vargas, 2005.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. *O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025*. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2024.

RAFTERY, A. E.; HOUT, M. Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-75. *Sociology of Education*, v. 66, n. 1, p. 41-62, 1993.

RENK, Valquíria Elita; BORDINI, Ana Sílvia Juliatto. PROUNI: POLÍTICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 10 ANOS DEPOIS. *Revista Grifos*, Curitiba/Pr, v. 27, p. 212-234, set. 2019.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge*. Minneapolis; University of Minnesota Press, 1993. Capítulos: “Feminism and Geography: an introduction” e “Women and everyday spaces”.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados 2004.

_____.ALMEIDA, Jane Soares de. O legado educacional do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados 2004. p. 1-8.

SILVA, P. T. de F. e ., & SAMPAIO, L. M. B.. (2022). Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. Revista De Administração Pública, 56(5), 603–631. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>

TINTO, Vincent. “Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research.” *Review of Educational Research*, vol. 45, no. 1, 1975, pp. 89–125. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1170024>. Accessed 4 June 2023.

TOMÁS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. Expansão do ensino superior no Brasil: Diversificação institucional e do corpo discente.Revista Brasileira de sociologia. Vol 09, nº.23, Set-Dez/2021, P.149-177.

Primeiro contato

- Saudações e agradecimentos pela participação na entrevista.
- Explicação do objetivo da pesquisa: investigar os fatores que contribuem para a evasão ou permanência dos alunos do ProUni nos cursos A, B, C, D, E e F.
- Confirmação do consentimento do entrevistado em participar e gravar a entrevista, ressaltando a confidencialidade dos dados.

Dados pessoais

- Verificar se o entrevistado é beneficiário do ProUni, e qual o tipo de bolsa (integral ou parcial).
- Solicitar informações pessoais: Nome, idade, gênero e curso em que está matriculado/esteve matriculado.

Informação sobre o curso

- Qual período que você está no curso ou em qual período que parou?
- Previsão de conclusão de curso?
- Além de você, conhece outras pessoas que possuem o prouni?
- Na sua visão tem alguma diferenciação entre bolsista e não bolsista no seu curso?
- O curso que frequenta era sua primeira opção?
- Quais eram suas opções de curso e o porque escolheu este?
- Como você se considera com relação ao curso em que você ingressou ?

Compartilhar a compreensão pessoal do entrevistado sobre dificuldades acerca do programa

- Indagar sobre os principais fatores que, na opinião do entrevistado, contribuem para a evasão dos alunos do ProUni em seu curso.
- Você considera seu curso com taxas altas ou baixas de evasão e por quais motivos?

- Explorar questões relacionadas aos fatores socioeconômicos, como despesas de transporte, alimentação, materiais acadêmicos e moradia, e como esses fatores podem impactar a permanência.
- Investigar a existência de desafios específicos enfrentados pelos alunos do ProUni em relação ao suporte acadêmico, motivação em relação ao curso escolhido e adaptação ao ambiente universitário.
- Questionar se o entrevistado percebeu alguma diferença na taxa de evasão vista no decorrer do curso e se identifica particularidades que podem influenciar na decisão de abandonar o curso.
- Explorar ideias relacionadas ao apoio emocional, suporte acadêmico, motivação, adaptação ao ambiente universitário e políticas de inclusão social e educacional dentro da universidade..

Para o entrevistado que evadiu

- Perguntar se o entrevistado enfrentou algum problema para formalizar sua desistência ou se tem conhecimento de casos semelhantes.

Análise do nível em que o aluno tem probabilidade de evasão e permanência

- Qual é sua relação entre seu curso? Você já considerou trocar de curso ou trancar?
- Qual é sua maior dificuldade em se manter?
- Você sofre ou já sofreu algum preconceito por ser ProUnista? Esse é um fator para evasão?
- Quais os motivos que motivam a sua permanência ?

Explora o entrevista na questão do problema da pesquisa

- Indagar se o entrevistado acredita que essa abordagem pode fornecer uma compreensão mais completa do problema.
- Questionar se o entrevistado considera que existem soluções para reduzir a evasão dos ProUnistas na instituição.

Considerações finais.

- Agradecer ao entrevistado por sua participação e contribuição valiosa.

- Oferecer a oportunidade para que o entrevistado faça algum comentário adicional ou compartilhe informações relevantes não abordadas durante a entrevista.
- Pedir ao entrevistado indicações de conhecidos que possui o prouni e que faça parte dos cursos citados para pesquisa.
- Encerrar a entrevista e confirmar a autorização para utilizar as informações fornecidas anonimamente na pesquisa.